



1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30
31
32
33
34
35
36
37
38
39
40
41
42
43
44
45
46
47
48
49

CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA AMBIENTAL – COPAM
UNIDADE REGIONAL COLEGIADA TRIÂNGULO MINEIRO E ALTO
PARANAÍBA

ATA NA ÍNTEGRA DA 137ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Local: Sede Regional SISEMA – Praça Tubal Vilela, nº 03, Centro – Uberlândia/MG

Data: 10 de novembro de 2017 às 09h00min

Aos 10 (dez) dias do mês de novembro do ano de 2017 (dois mil e dezessete), realizou-se na Sede Regional do Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (SISEMA), situada na Praça Tubal Vilela, número 03 (três), Bairro Centro, município de Uberlândia, Estado de Minas Gerais, a 137ª (centésima trigésima sétima) Reunião Ordinária (RO) do Conselho Estadual de Política Ambiental (COPAM), Unidade Regional Colegiada (URC), Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba (TMAP). Estiveram presentes os seguintes Conselheiros: Sr. Ricardo Rodrigues de Carvalho, 1º (primeiro) Suplente da Presidência; Superintendência Regional de Regularização Ambiental do Noroeste de Minas; Sr. José Roberto da Silva, 2º Suplente da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (SEAPA); Sr. José Carlos da Silva, 1º Suplente da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão (SEPLAG); Sra (senhora) Carla Vieira Alvarenga, 2ª (segunda) Suplente da Secretaria de Estado de Transporte e Obras Públicas (SETOP); Sr. Alam Baena Bertolla dos Santos, 1º Suplente do Ministério Público de Minas Gerais (MPMG); Sr. 2º Tenente Patrício Renato Ferreira, 1º Suplente da Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG); Sr. Bruno Gonçalves dos Santos, 2º (segundo) Suplente do Comitê de Bacia Hidrográfica (CBH Rio Araguari – PN2); Sr. Thiago Alves do Nascimento, 1º Suplente da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (FIEMG); Sr. João Henrique Vieira da Silva de Paula Lopes, 1º Suplente da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais (FAEMG); Sr. Moisés Inácio Franco, Titular da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais (FETAEMG); Sr. Decrie Polastrine, 2º Suplente da Associação das Indústrias Sucroenergéticas de Minas Gerais (SIAMIG); Sra. Gustavo Bernardino Malacco da Silva, Titular da Associação para a Gestão Socioambiental do Triângulo Mineiro (ANGÁ); Sr. Luiz Henrique Martins, Titular da Associação dos Agentes Ambientais Voluntários do Desenvolvimento Sustentável e Defesa Social (NEOAMBIENTA); Sra Etienne Cardoso Abdala, 2ª Suplente da Universidade Federal de Uberlândia (UFU); Sr. Adalto Ribeiro Franco, 2º Suplente do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais (CREA/MG) e Sr. Anderson Aprígio Cunha Souza, Titular da Associação Brasileira de Geração de Energia Limpa (AGRAGEL). RICARDO (PRESIDENTE): Prazer mais uma vez estar aqui em Uberlândia, vamos dar início à nossa reunião. Vou pedir ao Conselheiros que tomem seus lugares, nós já temos o quórum necessário. Então vamos à pauta da 137ª Reunião Ordinária da Unidade Regional Colegiada Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba do Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM, que está sendo realizada aqui no dia 10 de novembro às 9 horas na Sede Regional do SISEMA, Praça Tubal Vilela, número 03 (três), Centro, Uberlândia, Minas Gerais. Eu vou convidar inicialmente todo mundo ao item 1. **Execução do Hino Nacional Brasileiro.** Vamos ao item 2. **Abertura pelo Subsecretário de Gestão Regional da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e Presidente da URC Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, Dr. Diogo Soares de Melo Franco.** Vamos passar ao Item 3. **Comunicado dos Conselheiros e Assuntos**



50 **Gerais:** Eu vou aproveitar aqui para dar as boas-vindas ao Sr. Anderson Aprígio Cunha
51 Souza, novo Conselheiro aqui da ABRAGEL, seja muito bem-vindo Anderson, espero que a
52 gente tenha um bom dia de trabalho aqui, que você possa colaborar. A palavra está aberta.
53 ANDERSON (ABRAGEL): Eu gostaria, Presidente, de tecer algumas palavras. Bom,
54 primeiramente, bom dia a todos os Conselheiros; gostaria de me apresentar, o Presidente já
55 fez um breve introdutório; eu estou Conselheiro pela ABRAGEL (Associação Brasileira de
56 Energia Limpa), estou na minha primeira reunião com vocês aqui no COPAM. Eu venho da
57 área ambiental, sou advogado, milito na área ambiental; sempre estive muito presente nas
58 questões relativas ao meio ambiente. Em 2017 eu assumi a Procuradoria Geral do Município
59 de Patrocínio e estou aqui para colaborar com os senhores, colaborar com a Política
60 Ambiental do Estado de Minas, colaborar para que consigamos todos um desenvolvimento
61 sustentável, que consigamos dentro da legislação e dentro do que é correto, que também não
62 tolhamos o desenvolvimento; esse desenvolvimento que é tão importante para o nosso Estado
63 e para nossa região. Me coloco a disposição de todos para conversar, qualquer coisa que vocês
64 precisarem e espero acrescentar e muito bom Conselho. RICARDO (PRESIDENTE): Muito
65 obrigado, Anderson. Obrigado palavras. Alguém mais? Vamos em frente então, vamos passar
66 o item 4. **Processo Administrativo para exame de requerimento para Intervenção**
67 **Ambiental em Bioma Mata Atlântica, em estágio de regeneração médio ou avançado,**
68 **não vinculados ao Licenciamento Ambiental:** Esse item 4.1, pessoal, está voltando de
69 retorno de vista. Eu vou fazer a leitura de toda a pauta; aqueles que receberem destaque e os
70 de retorno de vista a gente retoma o final; os itens que não receberam destaque a gente faz a
71 votação em bloco como de praxe. Então vamos ao item 4.1 NC Naves Empreendimentos
72 Patrimoniais Ltda./Fazenda Ferragem - Criação de ovinos, caprinos, bovinos de corte e
73 búfalos de corte (extensivo) - Douradoquara/MG - PA/Nº 11020000463/16 - Área de RL:
74 33,1827 ha - APP: 31,6206 ha - Área Requerida: 51,1014 ha - Área Passível de Aprovação:
75 34,8280 ha. Fitofisionomia: Floresta Estacional Semidecidual Montana Secundária. Estágio
76 de Regeneração: Médio. NRRÁ Patrocínio. **RETORNO DE VISTAS pelo Conselheiro**
77 **Gustavo Bernardino Malacco da Silva representante da ONG ANGÁ.** A gente retorna ao
78 item com vistas e destaques ao final. Item 5. **Processos Administrativos para exame de**
79 **Recurso de Autos de Infração:** 5.1 Indústria e Comércio de Laticínios Minas Bahia Ltda. -
80 ME - Preparação do leite e fabricação de laticínios - São Francisco de Sales/MG - PA/Nº CAP
81 439816/16 - AI/Nº 10473/2015 - Apresentação: Supram TMAP. **RETORNO DE BAIXA**
82 **EM DILIGÊNCIA** e já foi me passado aqui pela equipe da SUPRAM Triângulo, esse
83 processo também está retornando para o retorno de baixa em diligência e já foi me passado
84 aqui pela equipe da SUPRAM o pedido para retirada de pauta desse processo; então, o item
85 5.1 sendo retirado de pauta. Item 5.2 Salvador Bernardes de Almeida - Suinocultura
86 (crescimento e terminação) - Nova Ponte/MG - PA/Nº CAP 439809/16 - AI/Nº 006040/2015.
87 Apresentação: Supram TMAP. Item 5.3 Nova Minas Laticínios Ltda. - Preparação do leite e
88 fabricação de produtos de laticínios - Nova Ponte/MG - PA/Nº CAP 439806/16 - AI/Nº
89 006013/2015. Apresentação: Supram TMAP. Item 5.4 Marcolino Aparecido da Silva -
90 Horticultura - Araxá/MG - PA/Nº CAP 440424/16 - AI/Nº 50310/2016. Apresentação:
91 Supram TMAP. Item 5.5 Laticínios Matinal Ltda. - Resfriamento e distribuição de leite em
92 instalações industriais - Itapagipe/MG - PA/Nº CAP 438125/16 - AI/Nº 010471/2015.
93 Apresentação: Supram TMAP. Item 6. Processos Administrativos para exame de
94 requerimento para Intervenção Ambiental em Bioma Mata Atlântica, em estágio de
95 regeneração médio ou avançado, não vinculados ao Licenciamento Ambiental. 6.1 José
96 Henrique Miguelaci Júnior/Fazenda Nossa Senhora da Aparecida - Culturas anuais, excluindo
97 olericultura, criação de ovinos, caprinos, bovinos de corte e búfalos de corte (extensivo) -
98 Tiros/MG - PA/Nº 11030000177/16 - Área de RL: 87,3179 ha - APP: 44,7653 ha - Área



99 Requerida: 69,5688 ha - Área Passível de Aprovação: 0,0000 ha. Fitofisionomia: Campo
100 Cerrado. Estágio de Regeneração: Avançado. NRRA Patos de Minas. Item 6.2 João Izidio dos
101 Santos/Fazenda do Esmeril - Culturas anuais, excluindo olericultura, bovinocultura de leite,
102 bubalinocultura de leite e caprinocultura de leite - Patrocínio/MG - PA/Nº 11020000763/11-
103 Área de RL: 5,4920 ha - APP: 0,4617 ha - Área Requerida: 20,8000 ha - Área Passível de
104 Aprovação: 0,0000 ha. Fitofisionomia: Floresta Estacional Semidecidual Submontana
105 Secundária. Estágio de Regeneração: Médio. NRRA Patrocínio. Item 6.3 Douglas Humberto
106 de Jesus/Fazenda Tejuco e Capão do Lago - Bovinocultura de leite, bubalinocultura de leite e
107 caprinocultura de leite - Patrocínio/MG - PA/Nº 11020000079/15 - Área de RL: 1,1471 há -
108 APP: 0,000 ha - Área Requerida: 1,1774 ha - Área Passível de Aprovação: 0,000 ha.
109 Fitofisionomia: Floresta Estacional Semidecidual Submontana Secundária. Estágio de
110 Regeneração: Médio. NRRA Patrocínio. Item 6.4 Natalina Correa Machado Silva/Fazenda
111 Montevideu - Bovinocultura de leite, bubalinocultura de leite e caprinocultura de leite, criação
112 de ovinos, caprinos, bovinos de corte e búfalos de corte (extensivo), produção de carvão
113 vegetal, de origem nativa/aproveitamento do rendimento lenhoso - Presidente Olegário/MG -
114 PA/Nº 11030000165/12 - Área de RL: 36,5905 ha - APP: 44,6298 há - Área Requerida:
115 40,8204 ha - Área Passível de Aprovação: 0,0000 ha. Fitofisionomia: Floresta Estacional
116 Decidual Submontana Secundária. Estágio de Regeneração: Médio. NRRA Patos de Minas.
117 Item 6.5 Natália Correa Machado/Fazenda Espaço Verde - Bovinocultura de leite,
118 bubalinocultura de leite e caprinocultura de leite, criação de ovinos, caprinos, bovinos de
119 corte e búfalos de corte (extensivo), produção de carvão vegetal, de origem
120 nativa/aproveitamento do rendimento lenhoso - Presidente Olegário/MG - PA/Nº
121 11030000166/12 - Área de RL: 36,5872 ha - APP: 43,6338 ha - Área Requerida: 34,4123 ha -
122 Área Passível de Aprovação: 0,0000 ha. Fitofisionomia: Floresta Estacional Decidual
123 Submontana Secundária. Estágio de Regeneração: Médio. NRRA Patos de Minas. Esses são
124 os itens, a decisão do Conselho, nós não temos então destaque nos itens 5.2 e 5.3 nós temos a
125 inscrição para fazer uso da palavra. Então a gente vai colocar em votação, senhores
126 Conselheiros, os itens 5.4; a gente vai colocar em votação então os itens 5.4, o Retorno de
127 vista a gente retorna na sequência; item 5.4, item 5.5, 6.1; 6.2; 6.3; 6.4 e 6.5. Então, aqueles
128 que concordam com o parecer da SUPRAM permaneçam como estão, se manifestem ou se
129 abstenham. ALAM (PROMOTOR DE JUSTIÇA): Abstenção, por determinação da
130 Corregedoria. TENENTE PATRÍCIO (POLÍCIA MEIO AMBIENTE): Abstenção do item
131 5.4, uma vez que o auto foi confeccionado pela Polícia de Meio Ambiente. RICARDO
132 (PRESIDENTE): Ok. Então, registrada as abstenções da Polícia Militar e do Ministério
133 Público. Os itens estão aprovados. Voltamos então aos itens com retorno de vista. Item 4.1
134 NC Naves Empreendimentos Patrimoniais Ltda. Retorno de vista pelo Conselheiro Gustavo
135 Bernardino. A palavra está aberta Gustavo. GUSTAVO MALACCO (ANGÁ): Bom dia a
136 todos e a todas, eu não vou ler o Parecer porque todos já tiveram acesso; então, eu só vou
137 sintetizar, o nosso pedido é que o processo seja baixado em diligência. Não é a primeira vez
138 que nós estamos utilizando aqui como justificativa para baixar em diligência uma requisição
139 que a gente já faz aos órgãos ambientais. Boa parte desses pareceres não deixa de forma clara
140 tecnicamente quais são os critérios da resolução CONAMA 392, a partir do artigo 2º que
141 foram utilizados para determinar o estágio inicial ou outro estágio. Pela lei, estágio inicial
142 você poderia desmatar, nesse caso da Mata Atlântica e os outros estágios teria algumas
143 restrições. Então, assim, no Parecer cita que a região tem paliteiro, que seria um dos critérios
144 em classificar o estágio inicial, só que também a partir de consulta *in-loco* ao documento que
145 a gente pediu vista, nós verificamos por meio do Parecer, que tem dois itens em três parcelas
146 que se enquadram em outros dois itens da resolução CONAMA; o de nº 2 que é
147 predominância de espécies arbóreas com doação entre 5 e 12 metros e o item 7, um de a pé



148 entre 10 a 20 centímetros. A gente vem solicitando algum tempo, aqui nós já fizemos essa
149 fala, já fizemos isso em Belo Horizonte; que o técnico deixe isso claramente, a gente entende
150 que às vezes alguns critérios vão transitar pelo estágio inicial e alguns critérios do mesmo
151 processo vão transitar pelo estágio médio, como é esse processo. Mas então, tenho certeza que
152 o técnico deveria colocar no parecer, justifico tecnicamente pelos itens 2, 3, 4 e 5, esse
153 desmatamento se enquadra, essa classificação da vegetação se enquadra como estágio inicial,
154 o que me daria mais segurança para decisão. Então, é um pedido não só desse processo,
155 Presidente, mas que faça uma recomendação, que isso fique amarrado, os processos estão
156 retornando aqui dessa forma, ah é paliteiro, um processo ou outro, sim, melhora a
157 classificação da vegetação, mas boa parte dos processos aqui que a gente se depara em Belo
158 Horizonte lá na Câmara de Proteção à biodiversidade quando tem aplicação e a gente lê esses
159 critérios por lá também, a gente acaba entrando nessa situação um pouco desconfortável na
160 hora da tomada decisão da falta de segurança. Então, o pedido aqui é que baixe em diligência
161 e na próxima reunião deixe claro aqui no parecer técnico dizendo quais foram os critérios pela
162 resolução CONAMA que se enquadram na classificação inicial. É isso. RICARDO
163 (PRESIDENTE): Conselheiro Gustavo, eu fui informado que o técnico do Núcleo Regional
164 de Patrocínio está aí, quer fazer o uso da palavra? Pois não. EDMAR (NÚCLEO
165 PATROCÍNIO): Bom dia a todos, eu sou Edmar, da SUPRAM, Núcleo Regional de
166 Regularização Ambiental de Patrocínio. O que eu tenho a falar aqui é principalmente ao que o
167 Gustavo Malacco da ANGÁ levantou. Ele queria oficialmente que a gente colocasse melhor o
168 que foi exposto, item a item do que levou seu estágio inicial ou médio ou avançado de
169 regeneração natural da Mata Atlântica; por exemplo, uma coisa que ele nos questionou foi o
170 seguinte, que a gente fez a análise por parcela e ele entendeu, pelo que eu vi, de acordo com o
171 entendimento dele deveria ser feito por parcela; a gente fez por extrato, por a gente entender
172 que é mais representativo. Por isso que essa questão de diâmetro acima de 10 centímetros, por
173 exemplo, se for analisar por parcela talvez era caso de Deferimento, mas se for por extrato aí a
174 conclusão já pode ser outra, já pode dar abaixo de 10 centímetros; tem um dos critérios
175 utilizados para definição de estágio inicial de regeneração de florestas estacional
176 Semidecidual. Uma coisa que eu expus para ele também é que essa questão que gente usa
177 como um critério único a questão do diâmetro e da altura ou invés de considerar de altura 2;
178 eu, por exemplo, como técnico considero como se fosse um. Outra coisa que eu expus para
179 ele, que ele até desconhecida, que a gente tem uma orientação 09/2013 da Superintendência
180 de Regulação Ambiental nos norteia a definir os volumes de acordo com a fitofisionomia, por
181 exemplo, vai de Campo Cerrado até Floresta ombrófila. Por exemplo, nos casos que o
182 inventário não é obrigatório a gente deve se nortear por essa sua orientação Sura e inclusive
183 para Floresta estacional semidecidual na média, englobando todos os estágios, inicial, médio e
184 regeneração, eu não estou lembrado exatamente o valor aqui, mas é um volume altíssimo de
185 lenha que dá por hectare, em torno de 150 metros por hectare média, levando-se em
186 consideração os três estágios e regionalização da floresta. No parecer onde que pode ter
187 alguma dúvida se é inicialmente ou médio, o volume de lenha dá de 25 a 60 metros por
188 hectare, o volume baixíssimo relação à média dos volumes que é orientação Sura nos permite
189 estimar volume. Por exemplo, se 25 a 60 metros por hectare é um volume baixíssimo em
190 relação a 150 que a média dos volumes englobando os três estágios, só para ficar claro que
191 esse volume por hectare está baixíssimo ao que a orientação Sura nos determina. Se vocês
192 olharem o Parecer aí vocês vão ver que é 25 a 60 metros. Então, está muito abaixo, poderia
193 nos levar a decidir pelo estágio inicial de regeneração sem muito temer. O volume de 150 está
194 bem acima. Agora o principal foco que Gustavo quer da gente é por exemplo, vou citar aqui,
195 eu não sei se vai ser o seu ciente para a decisão dos Conselheiros, mas por exemplo, nessas
196 áreas onde há suspeita de ser estágio médio, lá tem paliteiro, tem ausência de estratificação



197 definida, não tem dossel, presença de espécies pioneiras, aroeira, por exemplo, com grande
198 frequência; ausência de serra pilheira e basicamente é isso que leva a gente a decidir por
199 estágio inicial. RICARDO (PRESIDENTE): Está Ok, Edmar, muito obrigado pela
200 manifestação. Apenas para a gente tentar otimizar o tempo, Gustavo, às vezes a manifestação
201 do técnico esclarece as dúvidas aqui e a gente tem condição de levar o processo à votação.
202 Então, por isso a manifestação do técnico da SUPRAM. Você quer fazer o uso da palavra?
203 GUSTAVO MALACCO (ANGÁ): Presidente, é o seguinte, eu não vejo problema a gente,
204 com base na análise do técnico indeferir, até o que ele explicou aqui me atende, agora o
205 problema é se manter esse tipo de situação, porque no Parecer só está escrito paliteiro; ele
206 colocou 03 outros elementos técnicos aqui importantes, que é ausência de estratificação,
207 espécies pioneiras, dominância de poucas espécies indicadoras, que deveriam estar citadas
208 dentro do Parecer aqui, que já evitaria esse tipo de discussão e até um pedido de vista. Eu
209 estou falando só nesse aqui não, Edmar; isso é em geral. Não é a primeira vez que a gente
210 retrata isso, não vai adiantar, a próxima vez vai ver um processo novamente, e a gente vai
211 colocar de novo, apesar dessa orientação, o que eu tenho que seguir é a Resolução
212 CONAMA.; a Resolução CONAMA que te define como classificar estágio médio e inicial;
213 pode-se utilizar orientação sim, no sentido de subsidiar esses itens aqui, que precisam de uma
214 maior amarração, mas precisa trazer esses dados que você colocou, que está no Parecer o
215 volume de madeira, mas dizendo que o volume de madeira é baixo, para nesse sentido o item
216 que tal e tal justifica-se o enquadramento com estágio inicial que isso vai me ajudar na
217 tomada de decisão. EDMAR (SUPRAM): Eu entendi perfeitamente, Gustavo. Ele quer de
218 forma oficial no Parecer técnico, mas eu já procurei expor isso aqui para adiantar alguma
219 coisa antes da retificação do Parecer. Se isso for suficiente para a decisão de vocês, eu
220 mantenho meu parecer como está. RICARDO (PRESIDENTE): Ok. Fica a sugestão do
221 Conselheiro Gustavo, então, para que os próximos Pareceres acerca de supressão nessa
222 situação seja melhor especificado, para que não resta dúvida, não é Gustavo; e até pela sua
223 manifestação, sugerindo a inclusão da explicação aqui pelo técnico do Núcleo Regional de
224 Patrocínio, Sr. Edmar, sugerindo que ele fica incluso seja incluído no Parecer. Eu vou então
225 colocar o item em votação. GUSTAVO MALACCO (ANGÁ): Eu retiro, então, esse pedido
226 de baixa em diligência. RICARDO (PRESIDENTE): Obrigado pela atenção. Lembrando que
227 o deferimento é parcial, é exatamente só na área do estágio inicial de regeneração. Então, item
228 4.1 NC Naves Empreendimentos Patrimoniais Ltda, aqueles que concordam, os Conselheiros
229 que concordam com o Parecer da SUPRAM permaneçam como estão, se manifestam ou se
230 abstenham. Feitas as observações, item aprovado. TENENTE PATRÍCIO (POLÍCIA MEIO
231 AMBIENTE): Presidente, pela ordem, eu gostaria de voltar o item 5.1, pelo seguinte.
232 RICARDO (PRESIDENTE): Item 5.1? Esse é o item que está sendo retirado de pauta?
233 TENENTE PATRÍCIO (POLÍCIA MEIO AMBIENTE): Sim. Porque analisando os
234 argumentos da Defesa, o Empreendimento afirma que buscou o órgão no intuito de obter um
235 TAC, que não houve retorno do órgão e ainda assim ele fez as adequações. Ocorre que as
236 atividades deles estão suspensas desde então. Mesmo ele buscando o órgão ele traz uma série
237 de alegações que as pessoas pensam tem incidido sobre atividade dele. Aí eu pergunto, eu
238 fiquei em dúvida, eu ia me manifestar a respeito desse procedimento no sentido da gente
239 verificar a possibilidade de retirar essa suspensão da atividade dele, que ele voltasse a operar.
240 E baixando em diligência, levando em consideração se as pessoas concordarem isso que eu
241 estou falando, eles ainda permanecem em prejuízo. THIAGO (FIEMG): Presidente, para
242 colaborar. A gente sanaria, a gente recomenda como Conselho para a SUPRAM fazer a
243 assinatura desse TAC para ele poder voltar a funcionar antes desse processo voltar de
244 diligência. GUSTAVO (SUPRAM): Esse auto foi lavrado em 2015, se ele está suspenso até o
245 momento e não procurou para assinatura do TAC, realmente assinatura do TAC que ele está



246 pedindo na defesa é para redução de 50% da multa, não para voltar a operar. TENENTE
247 PATRÍCIO (POLÍCIA MEIO AMBIENTE): Eu não conheço essa informação, se é para 50%
248 ou é para voltar a operar. IVAN (SUPRAM): É o seguinte, o código 122 há previsão de
249 embargo. Houve um equívoco aqui por parte do agente credenciado que lavrou auto de
250 infração e colocou a suspensão das atividades. Nesse caso aqui já deixou claro no processo
251 que ele cessou com o dano que estava ocorrendo, sendo assim, automaticamente fica
252 desembargado a atividade. Ainda fazendo uma ressalva no sentido de que o embargo incide
253 no local que se deu a infração, não totalizando o embargo na atividade-fim do
254 Empreendimento. Então, essa questão dele estar funcionando ou não ela está superada.
255 TENENTE PATRÍCIO (POLÍCIA MEIO AMBIENTE): Ivan, veja bem, ela está superada
256 agora, porque se eu for analisar a defesa dele, ele bate muito nessa tecla, ele pede para retirar
257 essa suspensão que ele entende que está suspensa a atividade dele e no Parecer não está claro
258 essa questão não. IVAN (SUPRAM): Tenente, digamos que às vezes nessa fase não tinha
259 chegado essa comprovação que ele cessou o dano que ele vinha causando, porque não existe
260 um procedimento a princípio de desembargo de atividade digamos assim; e o que que a
261 atividade está embargada? É o que causou o dano digamos que ele estava lançando efluentes
262 líquidos no solo, o que que vai ficar embargado? O lançamento de efluentes líquidos no solo.
263 Não vai ficar embargado que ele recebeu o leite, que ele processa todo leite, então, vai
264 embargar aquela causa que incidiu na infração. É desnecessário falar em desembargo, uma
265 vez que, ele já trouxe aos autos essa questão. Agora, se caso tenha, a gente baixou em
266 diligência até mesmo para reparar enquanto isso. TENENTE PATRÍCIO (POLÍCIA MEIO
267 AMBIENTE): Eu concordo plenamente, isso que você está explicando eu acredito que tinha
268 que estar claro no seu Parecer para a gente nem estar tendo essa discussão aqui agora.
269 THIAGO (FIEMG): Ficou sanado a nossa dúvida, era entender se realmente ele ainda estava
270 parado, já foi explicado; nós estamos fazendo um pedido de melhoria também de informação,
271 para a gente poder entender, por mais que ele não tenha pedido no TAC, ele tomou as
272 medidas e hoje ele já está operando; para essa preocupação não vir, mas como está baixado
273 em diligência as discussões também estão sanadas. RICARDO (PRESIDENTE): Ok. Então,
274 pelo que ficou definido a retirada de pauta não traz o prejuízo ao que estava sendo levantado
275 aqui pelo Tenente Patrício e pelo Thiago da FIEMG. Então, mantendo o pedido da SUPRAM,
276 o item 5.1 está retirado de pauta. No item 5.2 Salvador Bernardes de Almeida nós temos a
277 inscrição para fazer o uso da palavra do Sr. Elder Naves Torres, pois não, está aberto a
278 palavra. ELDER NAVES TORRES: Bom dia, Sr. Presidente, Senhores Conselheiros,
279 primeiramente eu gostaria de explicar que nós vamos fazer a defesa em duas partes, uma na
280 área jurídica e outra na área técnica e se o senhor me permitir também, tem um processo
281 posterior a este. RICARDO (PRESIDENTE): De 5.3 também com pedido da palavra. ELDER
282 NAVES TORRES: Se o senhor e o Conselho permitirem, que nós façamos a defesa porque é
283 um ligado a outro direto, são vinculados os dois processos, as defesas. RICARDO
284 (PRESIDENTE): Sim, você pode fazer o uso da palavra, já englobando aqui o item 5.2 e 5.3;
285 na sequência a gente coloca os dois em votação. ELDER NAVES TORRES: Primeiramente
286 eu gostaria de convidar, inclusive está escrito, Dr. Lucas, que é Advogado dos mesmos
287 processos para que faça a primeira colocação do ponto de vista jurídico e depois eu faria do
288 ponto de vista técnico. RICARDO (PRESIDENTE): Sim, pois não. Dr. Lucas Bernardes
289 Rezende. LUCAS REZENDE (ADVOGADO): Bom dia, nobres Conselheiros e Conselheiras,
290 meu nome é Lucas Bernardes Rezende, sou o advogado e estou aqui fazendo uma sustentação
291 oral nessa casa pela primeira vez e gostaria de parabenizar vocês pela recepção, pela
292 organização, realmente eu estou surpreso pelo comprometimento de todos vocês com as
293 causas ambientais, pela primeira vez que eu estou aqui. Eu estou fazendo referência a dois
294 processos, seria o 439809/16 - Salvador Bernardes de Almeida e o 439806/16 - Antônio



295 Alberto Rezende, porque na verdade foi um único fato que ocasionou as duas autuações por
296 isso não fiz o pedido para que fosse julgado concomitante. Eu estou na defesa deles também
297 por ser família, meu pai, meu irmão, meu avô, e dizer, primeiramente, que o Empreendimento
298 já tinha de muito tempo licenciamento ambiental, toda a exigência legal, outorga de água tudo
299 funcionando perfeitamente, nunca teve nenhum tipo de incidente pretérito sobre qualquer
300 assunto de danificação ambiental, nossa família sempre priorizou, mesmo independente de
301 obrigatoriedade, essa função ambiental. Então, o primeiro ponto que eu gostaria de destacar,
302 que os nobres Conselheiros estivessem atenção é com relação ao pedido, a questão da
303 duplicidade da pena, por quê? Foi somente um único fato que gerou uma autuação para o
304 Laticínio, gerou um processo e uma atuação para suinocultura, que gerou outro processo. O
305 que que ocorre? Lá, todos os dejetos do Laticínio, 99% é soro de leite, ele é canalizado para
306 granja de suínos; os suínos bebem o soro e por sua vez, o resíduo de fezes e urina vão para a
307 ETE (Estação de Tratamento de Efluentes) que trabalha para atender o efluente dos dois
308 Empreendimentos da suinocultura e do laticínio. Então, o meu pai que é responsável pelo
309 Laticínio, junto com o meu irmão, eles fizeram uma única estação de ETE para atender os
310 dois Empreendimentos, tanto para do Laticínio como da suinocultura. Então, houve um
311 acidente nesse dia que houve a autuação, porque houve um vazamento numa dessas piscinas e
312 que causou um derramamento de alguns metros onde houve autuação e houve a atuação tanto
313 para suinocultura quanto para o laticínio, como se fossem fatos separados. Então, nós estamos
314 fazendo o pedido para que se um dia se essas duas situações porque no nosso ponto de vista
315 deveria ser aplicado somente uma única atuação, porque foi somente um único fato. Eu até
316 tive acesso ao Parecer técnico e respeito a opinião do técnico, que dizendo que ele concordava
317 com a manutenção da multa por ser responsabilidade solidária entre Laticínio e suinocultura.
318 Concordamos plenamente, responsabilidade existe, porque a suinocultura e o Laticínio
319 construíram juntos a ETE e são responsáveis pela manutenção; então, eles são solidários, o
320 que nós estamos discutindo é que houve somente um único fato, uma única infração e houve
321 penalização separada, porque a ETE é somente uma. Então, se o Laticínio tivesse a sua ETE e
322 a suinocultura a sua ETE separada, concordaria de ter autuações separadas, mas a ETE é
323 somente uma. Então, para melhor visualizar, vamos supor que fosse um conglomerado, o
324 Laticínio tivesse várias empresas atuando, cada uma fazenda uma coisa no Laticínio, fazendo
325 uma mussarela, um requeijão; e a suinocultura a mesma coisa, várias empresas trabalhando
326 junto na suinocultura; todas elas resolvem fazer uma ETE para tratar todo o procedimento, há
327 um vazamento, teria que se aplicar uma penalização para cada uma dessas empresas que faria
328 parte do grupo econômico. Então, nós estamos defendendo que houve uma única infração; se
329 houve infração, foi somente uma, nós estamos pedindo para que seja aplicado somente uma
330 pena e não duas. RICARDO (PRESIDENTE): Ok. Dr. Lucas. Mais alguma coisa? ELDER
331 NAVES TORRES: Só mais um item com relação a infração em sim, que o técnico vai fazer a
332 defesa. No nosso ponto de vista, nem essa infração ocorreu, por quê? Teve um acidente, que é
333 diferente, por quê? Lá está todo licenciado, está todo o sistema funcionando bem, ele é
334 bombeado para o meter em cima que é tratado e dali vai para pastagem, nunca houve nenhum
335 tipo de problema. O que houve no dia foi um acidente, que a bomba que joga esses dejetos
336 para cima estragou naquele dia não, houve um vazamento realmente de poucos metros e não
337 chegou a atingir nenhum o lago, como foi dito. Então, no nosso ponto de vista não houve
338 dano, foi um acidente, infelizmente. Já foi corrigido e nunca mais houve mais nada sobre isso.
339 Então, seriam dois pontos; a junção dessas autuações para somente uma e análise se houve
340 realmente a infração porque no nosso ponto de vista não seria passível de autuação. Agradeço
341 a atenção e um bom dia para vocês. RICARDO (PRESIDENTE): Obrigado, Dr. Lucas. Vou
342 chamar o Elder agora. ELDER NAVES: Eu que estou sendo técnico de avaliação, eu vou ficar
343 estritamente na questão técnica e eu queria fazer só algumas primeiras considerações com



344 relação ao artigo que foi aplicada essa penalidade, onde o artigo, por coincidência boa eu
345 ajudei a escrevê-lo a muito tempo atrás, quando ainda morava em Belo Horizonte e era
346 Conselheiro do COPAM lá. Ele fala que constatado o lançamento de efluentes não tratados
347 em Grota Seca, que seca o reservatório de Nova Ponte, desculpa, essa aqui é a descrição do
348 técnico; então, ele fala no artigo 2º da lei 7772/1980 que depois esse assunto foi tratado, fala:
349 “prejudicar a saúde, o bem-estar social da população, criar condições adversas as atividades
350 sociais e econômicas, ocasionar danos relevantes a flora, a fauna e a qualquer recurso
351 natural, ocasionar danos relevantes ao acervo histórico, cultural e paisagístico”. Eu estou
352 mencionando isso só para lembrá-los que isso é uma situação como diz a própria lei e o
353 Decreto, que ela é gravíssimo e na análise que nós fizemos a respeito disso, o vazamento; na
354 realidade foi a questão do bombeamento, houve um rompimento da válvula, o problema do
355 bombeamento não aconteceu no dia que o técnico foi lá, pelo contrário, o fiscal esteve lá, se
356 não me engano um ou dois dias depois e o encarregado da suinocultura e do laticínio, que fica
357 tomando conta daquele setor, ele viu o vazamento, em menos de 15 minutos ele estancou o
358 vazamento. Então, o derrame que teve foi um derrame muito pequeno, não houve, inclusive,
359 nem próximo de chegar perto do Lago de Nova Ponte; Lago, inclusive que nós temos aí
360 notícias, sempre está acompanhando, a Prefeitura Municipal está sempre fazendo análises, é
361 talvez um dos Lagos onde a qualidade da água sempre está de ótima qualidade e inclusive
362 para balneabilidade. Então, voltando ao assunto, essa Bacia de decantação onde é um dos
363 processos da ETE ele está bem distante do Lago, a mais de 150 metros e escorreu um
364 pouquinho para o valo; valo é uma expressão antiga que se usava, que não existia cerca
365 antigamente, quem é da roça aqui como alguns amigos, como eu sou, sabe que a divisão de
366 terras era feita por valo em forma de “v” e que depois cresceu a vegetação pela umidade, ali
367 corre alguma água pelos valos, mas o que eu queria dizer é que o impacto ambiental ele não
368 ocasionou nenhum dano, não teve nenhuma paralisação socioeconômica, não atingiu nenhum
369 bem patrimonial tombado e ele não causou danos nem a flora, nem a fauna, nem algum tipo
370 de animal silvestre ou, inclusive, animais domésticos que ali são criados, como cavalo, gado,
371 não houve esse impacto. Então, a análise que foi feita, isso eu digo a vocês, eu estive presente
372 no campo eu acompanho este laticínio porque o Sr. Antônio é amigo, ele até me mostrou e
373 está tendo um zelo muito grande do fiscal, inclusive é um fiscal muito bom, que a gente
374 sempre respeitou e sempre trabalhou muito seriamente, mas houve um excesso de zelo dele ao
375 aplicar essa penalidade de uma multa muito elevada. Talvez, só uma sugestão, por uma
376 experiência que eu tenho, a larga experiência na área ambiental, seria no máximo uma
377 advertência ao produtor rural ou à produção. O laudo que foi feito aqui comprova que o
378 vazamento que teve foi insignificante, ele não foi de extremo impacto ambiental, tanto que
379 logo depois no ocorrido das chuvas que vieram a grama voltou e não houve dano e nenhuma
380 contaminação do solo. Inclusive, esse material é biofertilizante e o Sr. Antônio junto com seu
381 filho Salvador Neto, eles sempre procuraram fazer aquela cadeia integrada, que aqui neste
382 Conselho e em outros, sempre procuraram enfatizar junto aos fazendeiros, a todos os
383 produtores, que esses recursos sejam reutilizados na própria fazenda e é o que ele tem feito
384 muito. Então, a defesa que a gente faz, do ponto de vista técnico é que não houve
385 contaminação e nem provável contaminação naquela região, muito menos no Lago. Então, por
386 isso que nós estamos solicitamos nesse Conselho é que se descaracterize os autos ou que
387 aplique a penalidade de advertência. Muito obrigado Dr. Ricardo pela condução e só queria
388 finalizar que pela surpresa e elogiando os técnicos da SUPRAM pela agilidade, que essa
389 defesa entrou em Abril e já veio em julgamento em Novembro, acho que todo o setor, não só
390 de Indústria, mas todos os setores esperam que tenha essa agilidade nos processos para que as
391 pessoas não fique naquela angústia de ver com as decisões. Muito obrigado, obrigado
392 senhores Conselheiros. RICARDO (PRESIDENTE): Obrigado Elder pela manifestação, eu



393 vou abrir a palavra para que o jurídico da SUPRAM, que e pediu para fazer uso da palavra
394 poder esclarecer alguns pontos desse processo. IVAN (SUPRAM): Primeiramente, quanto à
395 alegação de que foi uma conduta só, não foi; tanto o laticínio quanto à suinocultura estava
396 extravasando sim os seus efluentes. Então, quer dizer que o artigo 27 do Decreto, leia por
397 favor. NÃO IDENTIFICADA: Vou proceder a leitura do Artigo 27 do Decreto: “a
398 *fiscalização e aplicação de sanções por infração às normas contidas na Lei nº 7772/1980, Lei*
399 *14309/2002, Lei 14181/2002 e Lei 13199/1999 serão exercidas no âmbito de suas respectivas*
400 *competências pela SEMAD por intermédio da SUPRAM, FEAM, IEF e IGAM e Delegação*
401 *pela PM. Parágrafo 1º - O titular do respectivo órgão ou entidade em ato próprio*
402 *credenciará servidores para realizar a fiscalização e lavrar auto de infração, com*
403 *fundamento em vistoria realizada pela SUPRAM, FEAM, IEF e IGAM, competindo-lhes*
404 *Inciso 1º - verificar a ocorrência de infração às normas a que se refere o caput, inciso 2º -*
405 *verificar a ocorrência de infração à legislação ambiental”.* IVAN (SUPRAM): Bem claro, o
406 fiscal constatou uma irregularidade ele tem que lavar sim o auto de infração e foi constatado
407 que tanta a suinocultura quanto o laticínio incidiu nessa conduta. Agora, a questão de que o
408 autuado alega que cabe advertência, não seria possível, porque o decreto já deixa bem claro
409 no código 122 no qual incidiu a conduta do autuado que já é multa simples, não tem essa
410 previsão de advertência e a questão que causou, menor gravidade, foi só um pouquinho que
411 escorreu isso até mesmo o autuado aqui por último falou que realmente escorreu, ele assume
412 sua conduta. Então, assim, que não atingiu os recursos hídricos, o código 122 é claro no
413 sentido de que possa resultar. Então, assim não resta dúvida quanto a infração cometida.
414 GUSTAVO (SUPRAM): Só fazer mais algumas colocações. Cinge-se judicialmente a defesa
415 em alegar a exclusão de responsabilidade objetiva e quanto a técnica a insignificância do
416 extravasamento ocorrido. Está bem claro até pela fala do Dr. Lucas, salvo engano, que toda a
417 cadeia de efluentes é responsabilidade dos dois. O efluente é passado para um, para
418 suinocultura e da suinocultura, eles usam a mesma ETE, ou seja, não resta dúvida alguma que
419 essa responsabilidade é dos dois autores, eu não vislumbro outra forma a não ser identificar a
420 responsabilidade objetiva da forma que está, porque toda cadeia de produção desse efluentes,
421 os dois são responsáveis por causar o dano ou poder causar algum dano. E quanto
422 insignificância do efluente lançado aos autos, não nos trazem nenhuma informação, nenhuma
423 documentação, não há comprovação que realmente se tratava de um extravasamento
424 insignificante, obviamente, que a presunção (...) do fiscal ele determina que houve a poluição.
425 Então, para mim está bem claro de que deve se manter a penalidade da forma como está.
426 RICARDO (PRESIDENTE): Obrigado, Gustavo. ALAM (PROMOTOR DE JUSTIÇA):
427 Presidente, com licença. Com relação à questão técnica da apuração do dano, eu vou me
428 abster, isso acho que é mais uma questão técnica, mesmo do fiscal de ter apurado no momento
429 e isso dependeria de contraprova também técnica, não alegação de que dura 15 minutos, 10
430 minutos, isso dependerá de uma contraprova técnica também para a gente poder tomar uma
431 decisão correta. Mas, a única coisa que acho que posso acrescentar aqui na discussão é com
432 relação à alegação do Empreendedor de que por ser uma ETE mantida em conjunto houve
433 apenas um incidente, portanto, uma única autuação. Na minha avaliação é uma opção,
434 principalmente econômica do Empreendedor de usar a mesma estrutura para os dois
435 Empreendimentos; questão de custo-benefício, avaliação dele. No entanto, a responsabilidade
436 pela gestão e manutenção da ETE é dos dois Empreendimentos que são atividades distintas, se
437 essa ETE houve um acidente a responsabilidade é dos dois, porque se não qual dos dois você
438 vai atuar? Não é uma responsabilidade solidária, uma única muda e os dois são responsáveis
439 pela quitação, não existe isso; até porque a infração, os dois infringiram a norma ambiental
440 quando deixaram de dar manutenção correta, de evitar a ocorrência do dano, há uma a
441 responsabilidade, a infração foi de parte dos dois Empreendimentos. Então, eu nesse ponto



442 concordo com a SUPRAM que a princípio e parece que não tem outra solução, não há
443 alternativa senão a manutenção da duplicidade de infrações. RICARDO (PRESIDENTE):
444 Obrigado Dr. Alam pela colaboração. Eu penso que a gente tem a questão jurídica superada,
445 em relação à questão técnica do volume que teve esse derramamento, eu fui informado que a
446 equipe da fiscalização está em operação e não poderia esclarecer aqui para os senhores do
447 Conselho alguma dúvida lá atrás do que foi apurado em campo, *in-loco*. Então, eu vou colocar
448 aos senhores o seguinte, se vocês estão confortáveis para proceder a votação dos itens, a gente
449 coloca em votação, do contrário, eu sugiro que possa ser baixado em diligência para
450 esclarecimento aqui por parte do fiscal que fez a atuação no local. O Thiago da FIEMG está
451 me pedindo a palavra, o Dr. Lucas também. Eu vou abrir a palavra ao Thiago. THIAGO
452 (FIEMG): Eu ia falar mais ou menos o que o Presidente nos colocou aqui, e entender também
453 que como foi um pedido de advertência, nós podemos entender também que existe atenuante,
454 o equipamento foi trocado, existe melhoria, nós podemos entender? RICARDO
455 (PRESIDENTE): Pois não, eu vou abrir a palavra para o pessoal do jurídico da SUPRAM. Na
456 sequência, Dr. Lucas, pois não. LUCAS REZENDE (ADVOGADO): Só para esclarecer um
457 ponto, nós concordamos perfeitamente que a responsabilidade é dos dois, os dois são
458 responsáveis pela ETE, os dois criara e dão manutenção até o que nós estamos discutindo aqui
459 somente um ato, uma única infração. Então, vamos pensar, se eu tivesse dez empresas
460 trabalhando na mesma atividade, segundo as multas estão unidos por um único vazamento, no
461 nosso ponto de vista deveria ter sido uma única atuação e colocar responsabilidade sobre
462 todos os responsáveis pelas duas empresas. Nosso ponto de vista deveria ser, porque uso
463 somente uma única infração, era só esse ponto. Agradeço mais uma vez. RICARDO
464 (PRESIDENTE): Mais uma vez obrigado pela colaboração. Dr. Alam também, do Ministério
465 Público já se manifestou a respeito disso, com relação a uma multa ou não, essa questão
466 jurídica está superada. O jurídico da SUPRAM quer fazer o uso da palavra? Se não for o caso
467 a gente vai consultar o Conselho para ver se há conforto para fazer a votação dos itens e
468 colocamos em votação. GUSTAVO (SUPRAM): Dr. Thiago falou com relação a atenuante de
469 imediato, reparação do dano. Eu nesse ponto realmente eu vou ter que pedir ao Presidente
470 para baixar em diligência, porque quem vai saber informar se esse dano foi ou não reparado
471 imediatamente é o fiscal que foi a campo. Aí realmente não dá, a princípio ele falou que foi
472 dois dias posteriormente, pela declaração dele eu entendo que isso não dá imediatidade.
473 Então, aí o fiscal é quem deveria manifestar nesse ponto. Se for o caso, para a aplicação
474 dessas atenuantes apesar de não trazer aos autos essa documentação de que foi feito
475 imediatamente a reparação do dano, apesar de não trazer o pedido não trouxe aos autos
476 documentação comprobatória, se fosse manter pela necessidade de aplicação dessa atenuante
477 eu gostaria de sugerir a baixa em diligência para o fiscal responder. RICARDO
478 (PRESIDENTE): Entendendo então que não tem prejuízo às partes nem à tramitação do
479 processo e seguindo a orientação do jurídico da SUPRAM, Dr. Lucas, Elder, vamos baixar o
480 processo em diligência para verificação melhor desses itens e com isso a gente volta com ele
481 mais maduro na próxima pauta. Ok? Então, os itens 5.2 e 5.3 a pedido da SUPRAM sendo
482 baixado em diligência. ALAM (PROMOTOR JUSTIÇA): Presidente, não me oponho ao
483 pedido de baixa em diligência, mas queria só levantar aqui a questão que eu não sei se há um
484 procedimento para questão de impondo ao Empreendedor o prazo para essa comprovação de
485 trazer documentação dentro do procedimento administrativo de forma oportuna. Porque se
486 isso se tornar praxe, o que vai acontecer é o empreendedor sempre vai trazer aqui na reunião
487 isso e aí o procedimento sempre é baixado em diligência e isso pode se acabar em
488 viabilizando aqui atuação. GUSTAVO (SUPRAM): O Decreto não permite ele juntar novos
489 documentos nesse momento não. O que eu estou pedindo a baixa em diligência é para o fiscal
490 atestar se realmente houve a comprovação de que o dano foi resolvido imediatamente. Só



491 isso. Agora, para ele trazer novas peças aos autos para comprovação não. ALAM
492 (PROMOTOR JUSTIÇA): Pois então, não seria o caso dessa informação ter sido apurada
493 antes? Talvez até por provocação dele e não agora na reunião, a apresentação de documentos
494 foi só uma suposição, mas pior ainda, ele vem, alega; os Empreendedores vem e alegam aqui
495 e ai baixam em diligência, atrasa todo processo, o andamento do procedimento. Então, assim
496 não me oponho a baixa em diligência, mas fica aqui só a minha ponderação para a
497 organização do Conselho. GUSTAVO (SUPRAM): Concordo plenamente com o que você
498 diz, realmente, eu que sou o Coordenador do Núcleo, odeio ter que ficar adiando por baixas
499 em diligências, mas infelizmente ocorreu que o pessoal da fiscalização, por força de instrução
500 de serviço deveria estar aqui, mas ocorreu uma operação de última hora que todos da
501 fiscalização teve que acompanhar. Infelizmente por esse motivo eu estou sugerindo a baixa
502 em diligência, se não ia ser respondido imediatamente aqui pelo fiscal. RICARDO
503 (PRESIDENTE): Obrigado Gustavo, obrigado Dr. Alam. O momento adequado realmente de
504 alegação de algum ponto de defesa ou documentação é no prazo do protocolo da Defesa, em
505 função de a gente não poder esclarecer exatamente a questão técnica, por ausência do fiscal
506 que autuou a empresa eu estou atendendo aqui a sugestão da SUPRAM para que a gente não
507 tenha prejuízo às partes. Eu acho que a gente está com a questão superada. Sim, Elder, eu vou
508 te pedir para você ser bastante rápido para a gente não atrasar o andamento. ELDER NAVES
509 REZENDE: Eu acho que o papel do Conselho está bem maduro para tomar as decisões. Os
510 cuidados ambientais que os proprietários da Fazenda, do Laticínio e da suinocultura tem é tão
511 grande, a preocupação ambiental que eles têm é tão forte que eles vieram aqui com a
512 preocupação de explicar isso para os Conselheiros. Colocar em diligência seria muito
513 importante até para esclarecimentos junto com a equipe técnica que teve lá visitando; mas, no
514 entanto, a dúvida que fica lá é, com o impacto ambiental há danos novos relevantes? Nós
515 podemos aprofundar porque se fosse comprovado se houve a contaminação ou provável
516 contaminação ele teria que ter feito uma análise de solo, teria que ter feito uma análise de
517 contaminação para ver se tinha acontecido algum dano mesmo. Eu não quero entrar nessa
518 discussão, não vale a pena, porque acho que o fiscal, no qual eu o conheço muito, ele é um
519 fiscal sério. O que nós pedimos aqui é que houve um certo exagero na questão da penalidade,
520 considerar um derramamento pequeno de biofertilizante gravíssimo, é estranho essa análise. A
521 questão de baixar em diligência tanto faz para nós. RICARDO (PRESIDENTE): Ok, Elder.
522 GUSTAVO (SUPRAM): Só para esclarecer essa questão, para ficar bem claro tanto para o
523 Dr. Elder como para todos os Conselheiros. O código previsto no 122 é “*causar poluição ou*
524 *degradação que resulte ou possa resultar em danos*”. É infração de mera conduta, da mesma
525 forma que vocês quando vão dirigir embriagados pode resultar num dano, por exemplo,
526 atropelando alguém ou matando alguém é infração de mera conduta, não há necessidade de
527 comprovação do resultado do dano. Então, se tratar de infração de mera conduta não há
528 necessidade do resultado do dano. IVAN (SUPRAM): E o Decreto é bem claro, ela é
529 gravíssima a infração. Pronto. RICARDO (PRESIDENTE): Bom, feitas as colocações e
530 privando, sobretudo, Elder, na gestão da questão do meio ambiente, justamente não é papel da
531 fiscalização sair autuando Empreendedores, a gente entende o impactos socioeconômicos e
532 Empreendimentos causa é importantíssimo. Não é papel da SEMAD e do sistema sair
533 autuando as pessoas indiscriminadamente, os Empreendedores, é por isso que a gente está
534 aqui, por sugestão e pedido da SUPRAM para que a coisa aconteça da forma mais clara e
535 correta possível fazendo a baixa do processo para que seja verificado a extensão do dano, para
536 verificar a possibilidade, não é Gustavo, de alguma aplicação de atenuante, como levantada
537 aqui pelo Conselheiro Tiago, para que fique claro ao Conselho e aos Empreendedores a
538 posição da SEMAD. Posto isso, então, os itens 5.2 e 5.3 estão baixados em diligência para
539 verificações dessas questões. Com isso, senhores, a gente encerra os itens de discussão aqui



540 por parte do Conselho e nós temos o item 7 e o item 8; o **item 8** é uma **Proposta de Agenda**
541 **Anual**, eu acho que nós podemos inverter só para aprovação ou não por parte do Conselho. A
542 Proposta de Agenda Anual para as reuniões da Unidade Regional Colegiada do Triângulo
543 Mineiro e Alto Paranaíba no ano de 2018. Então, nós teríamos 04 (quatro) reuniões no ano
544 que vem 2018; 01 em Fevereiro, 01 em Maio, 01 em Agosto e 01 Novembro, com datas, o
545 horário é o mesmo e as datas são dia 09 de Fevereiro, eu pude observar aqui que é véspera do
546 carnaval, talvez seja o caso de alguma alteração nessa data; dia 11 de maio; dia 10 de agosto e
547 dia 11 de novembro, desculpa, 09 de Novembro. Alguma sugestão de alteração de data parte
548 do Conselho? **Áudio não identificado – fora do microfone.** RICARDO (PRESIDENTE): Só
549 a de Fevereiro? Dia 16? Tanto dia 9 quanto dia 16 é a semana do carnaval, ela vai ficar com a
550 mesma situação. Dia 23 de Fevereiro? Ok. Então para reunião para 138ª Reunião Ordinária.
551 GUSTAVO MALACCO (ANGÁ): As reuniões, imagino que esse Calendário até foi feito
552 pensando nas Câmaras Técnicas que ocorrem em Belo Horizonte. Geralmente, as reuniões são
553 na penúltima ou na última semana, aí dia 23 não dá, vai prejudicar as Entidades que
554 participam também dessas Câmaras, não dá para ter esse conflito de datas. Gente, dia 09 ou
555 dia 16 é dia útil, se for no meio de um feriado, aí tudo bem, agora, é uma manhã que as
556 pessoas tem que vir aqui. Me desculpem, mas é até um excesso. Só porque é véspera de
557 feriado, é uma manhã a reunião, até na hora do almoço, as pessoas viajam depois. RICARDO
558 (PRESIDENTE): De fato, as Câmaras Técnicas tem acontecido na semana do dia 20.
559 KAMILA (SUPRAM): Para melhor organização nossa, é melhor dia 09, porque em Janeiro
560 tem muita gente de férias e aí logo no comecinho e 03 de fevereiro é uma boa data para a
561 gente, ou é dia 09 ou a próxima sexta imediata. RICARDO (PRESIDENTE): Pessoal, então,
562 nós temos a sugestão; mantem o dia 09 ou dia 16. Dia 09. Então, aprovando aqui o
563 Calendário. Pois não. ADAUTO (CREA): Presidente, eu vou pedir licença, eu tenho que me
564 ausentar da reunião. Agradeço a participação aqui, poder colaborar em alguma coisa aqui na
565 SUUPRAM. Peço desculpas por compromisso assumido. RICARDO (PRESIDENTE): Ok.
566 Obrigado ao representante do CREA. Dia 09 está bom para o senhor? Então, por decisão
567 unânime do Conselho as datas de Reunião Ordinária do Conselho do Triângulo Mineiro para
568 o ano que vem; dia 09 de fevereiro; dia 11 de maio; dia 10 de agosto e dia 09 de novembro.
569 Vamos então ao item 7. **Apresentação da Avaliação Ambiental Integrada da UPGRH**
570 **PN2 - Rio Araguari pelo grupo de empreendedores Autazes Empreendimentos e**
571 **Participações Ltda./Primo Energética Ltda./Imagem Sistema de Informações Ltda./R3**
572 **Eng. e Consultoria S.S/Wanerg Energética Ltda. Com o acompanhamento da Diretoria**
573 **de Estudos e Projetos Ambientais - DEPA/SUGA/SEMAD.** Está à disposição de vocês
574 para início da apresentação. GABRIELA (DEPA): Bom dia a todos, meu nome é Gabriela;
575 estou na Diretoria de Estudos e Projetos Ambientais (DEPA) e vim acompanhar o processo de
576 Apresentação da Avaliação Ambiental Integrada de UPGRH Rio Araguari conforme solicita a
577 Deliberação COPAM nº 175/2012. Todo o procedimento, todos os esclarecimentos que forem
578 necessários a respeito da Norma e também do processo de avaliação desse estudo que
579 aconteceu dentro da nossa Diretoria, a gente está aqui para esclarecer. RICARDO
580 (PRESIDENTE): Obrigado, Gabriela. EDUARDO ANDRADE (CONSULTORIA
581 AMBIENTAL): Boa tarde a todos, meu nome é Eduardo Andrade, eu sou sócio da Sete
582 Soluções de Tecnologia Ambiental, é uma empresa de Consultoria, já tem 20 anos de
583 trabalhos na área de mineração, energia, gestão ambiental e conservação. A Sete está sediada
584 em Belo Horizonte, nós temos hoje 200 funcionários e temos além da sede Belo Horizonte,
585 nós temos Escritório em Porto Velho, Carajás, Cataguases, Conceição do Mato Dentro e
586 atuamos em todo o Brasil na Consultoria. Estamos fazendo esse ano 20 anos de fundação e eu
587 sou Engenheiro Agrônomo e eu coordenei o trabalho da Avaliação Ambiental Integrada que
588 foi contratada por Empreendedores de Hidrelétricas na Bacia do Rio Araguari, da UPGRH



589 Araguari; Wanerg Energética, a Primor; a Imagem, a R3Autazes que foi a coordenadora de
590 todo esse trabalho, pelo lado dos Empreendedores. Vou falar um pouco de como ela foi
591 elaborada. A Avaliação Ambiental Integrada surgiu lá atrás em 2007 quando o Estado, através
592 da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, lançou o Programa de Geração de Energia
593 Elétrica no Estado de Minas Gerais; então, eles elaboraram a Avaliação Ambiental Estratégica
594 do programa de geração de energia do estado, eles avaliaram 45 UHS e mais de 300 PCH's de
595 várias Bacias de Minas Gerais. O resultado disso indicou que a Avaliação Ambiental
596 Estratégica mais macro para um programa de geração do Governo. Eles indicaram que
597 deveria ser feito uma Avaliação Ambiental Integrada por UPGR e aí o COPAM editou a DN
598 175/2012 aprovando a Avaliação Ambiental Integrada para Empreendimentos Hidrelétricos
599 por UPGR e nessa Deliberação Normativa tem um Termo de Referência que a gente tem que
600 seguir. Em 2013 a Resolução da SEMAD determinou, por ter vários Empreendimentos
601 hidrelétricos interessados em se implantar na Bacia do Rio Araguari, ela determinou a
602 elaboração daí, em 2013. A Sete foi contratada em 2015 porque foi difícil juntar os
603 Empreendedores e negociar como seria feito essa avaliação e a gente protocolou o estudo em
604 2016. A SEMAD, na coordenação da Gabriela, a Equipe Técnica avaliou e fizeram 03
605 Pareceres depois disso e a gente atendeu às 03 modificações e a equipe técnica da SEMAD
606 aprovou agora em 2017 através de uma Resolução aprovou essa Avaliação Ambiental que eu
607 vou apresentar. É interessante que a gente, em 2015, quando a gente estava no início do
608 desenvolvimento da avaliação, a SEMAD estava apresentando um *Workshop*, justamente
609 pensando em rever essa Deliberação Normativa e a gente participou desse *Workshop*, eles
610 chamaram vários Estados para ver as experiências dos Estados como que eram, então, a gente
611 chamou a SEMAD para participar e desenvolver aí junto com a SEMAD, a equipe técnica
612 participou de *workshop* internos dando sugestão e também quando foi protocolado já estava
613 com o estudo mais em mente e foi mais fácil de ter essa análise. O objetivo da Avaliação
614 Ambiental Integrada é desenvolver um estudo integrado das redes socioeconômicas e
615 ambientais das Bacias, avaliar os conflitos que existem nessas Bacias e avaliar os cenários
616 futuros de implantação de Empreendimentos previstos para a Bacia, com seus efeitos
617 cumulativos e sinérgicos, compatibilizando a geração de energia e a biodiversidade. Bom,
618 uma premissa que está prevista no Termo de Referência da Deliberação Normativa, nós temos
619 que seguir o Termo de Referência, o estudo elaborado com dados secundários já está previsto
620 no Termo de Referência e a gente usou a mesma base metodológica do Rio Paranaíba, que foi
621 um estudo macro de toda Bacia, elaborado pela (...) 2007 e a gente vem refinando para a
622 Bacia do Rio Araguari. A gente apresentou esse ano a Avaliação Ambiental Integrada da PN1
623 que é Alto Paranaíba e na sequência elaboramos a PN2 do Rio Araguari, então a gente
624 melhorou essa metodologia que a gente estava usando na PN1. O Termo de Referência tem
625 esses 05 relatórios que é o plano de trabalho; onde você primeiramente apresenta o que que
626 você vai desenvolver, depois você faz um diagnóstico ambiental da Bacia, tudo são 05
627 volumes; depois a terceira é avaliação ambiental distribuída onde você vai distribuir os
628 conflitos, a Avaliação Ambiental Integrada propriamente dita, onde você apresenta as diretrizes
629 e recomendações para a gestão ambiental da Bacia e licenciamento ambiental desses
630 Empreendimentos e por fim você tem um relatório final conclusivo, é um resumo de toda a
631 avaliação, de todo o estudo e isso também determina que tem que ser apresentado para as
632 URC de inserção da UPGRs; ontem nós estivemos em Divinópolis, que é a Cabeceira do
633 Araguari, o município de São Roque de Minas estão na URC São Francisco, então, ontem nós
634 apresentamos para a URC de Alto São Francisco, de manhã e hoje estamos aqui para
635 apresentar, a maior parte da Bacia do Triângulo Mineiro. Bom, o Termo de Referência
636 também indica que os Coordenadores tem que ter mais de 10 anos de experiência; essa equipe
637 da Sete, que trabalhou no estudo, todos os Coordenadores tem mais de 20 anos de



638 experiência. Eu tenho 25 anos de experiência, Rogerio tem 30 anos de geólogo, trabalhamos
639 com arqueólogos que também tem 30 anos de experiência, quer dizer, a equipe foi
640 multidisciplinar como manda o TR, um equipe bastante experiente, foi uma turma com
641 bastante experiência em análise ambiental e gestão ambiental de Bacias. A gente trabalhou
642 com diversos Empreendimento; trabalhei em Miranda, trabalhei em Nova Ponte, em antigo
643 Empreendimento Hidrelétricos na Bacia. A Bacia do Araguaia tem uma questão importante
644 que é a presença do Pato Mergulhão e por isso nós trabalhamos junto com a equipe da ONG
645 Terra Brasilis, ela trabalha na região da Canastra e também no Araguari; tem 15 anos de
646 experiência trabalhando com o Pato Mergulhão, então, o relatório dela está anexo ao Estudo.
647 A parte jurídica foi feita pelos Advogados do Escritório do Dr. João Paulo Campeiro Castro,
648 que também apresentou a parte de legislação e aqui a equipe de apoio, estagiários, foi a
649 equipe que trabalhou na Avaliação Ambiental Integrada. A abrangência, o Termo de
650 Referência já indica que a Avaliação Ambiental Integrada tem que ser elaborada para UPGR,
651 no caso, a Bacia do Rio Paranaíba é dividida em PN1 Alto Rio Paranaíba, a PN2 Araguari e a
652 3 Baixo Paranaíba. Nós elaboramos para a PN2, nessa região aqui do Triângulo Mineiro, com
653 exceção de um trecho do Rio Araguari que está na PN1, que é o Reservatório de Itumbiara, no
654 finalzinho da Bacia do Araguari já está represado para o Reservatório de Itumbiara. Então, a
655 UPGR termina na confluência do Rio Araguari com o Rio Uberabinha. Essa porção do
656 território aqui é o município de São Roque, que está na URC Alto São Francisco, só esse
657 pedacinho aqui na nascente do Araguari. São 20 Municípios que a gente levantou informação,
658 então, essa é Bacia já determinada pelo IGAM para a UPGR. Bom, a metodologia, a
659 Avaliação Ambiental Integrada é um zoneamento ambiental, com dados secundários, óbvio,
660 mas com bastante informações utilizadas de vários estudos ambientais, a própria Terra
661 Brasilis trabalhou com dados primários que eles trabalharam em campo, mas o primeiro
662 documento é a caracterização ambiental, onde você levanta todas as características
663 socioambientais da Bacia, em seguida você elabora o segundo relatório, que é a Avaliação
664 Ambiental Distribuída, essa parte é uma parte pesada do geoprocessamento, com muitas
665 horas, a gente gastou mais de 500 horas nesse geoprocessamento, onde você identifica a
666 sensibilidade ambiental da Bacia e as potencialidades ambientais e espacializa os impactos
667 ambientais dos futuros Empreendimentos no cenário de médio e longo prazo. Em seguida a
668 gente cruzando esses mapas a gente tem os mapas de vulnerabilidade ambiental da Bacia.
669 Nessa fase a gente levanta também os conflitos potenciais e os que já existiram na Bacia com
670 relação a Empreendimentos hidrelétricos e uma terceira etapa é avaliação ambiental integrada
671 propriamente dita, onde você avalia os efeitos sinérgicos e cumulativos desses
672 Empreendimentos na Bacia e o resultado disso tudo é a composição de diretrizes e
673 recomendações para a gestão ambiental da Bacia, para licenciamento ambiental Bacia e para
674 estudos complementares necessários para a Bacia. Então, a caracterização ambiental é a
675 primeira parte. A gente define a caracterização em três temas ambientais; é o recursos hídricos
676 e ecossistemas aquáticos, meio físico e ecossistemas terrestres e as características econômicas.
677 Nessa fase a gente pega toda informação que existem produzidas pela Bacia e sintetiza num
678 documento e gera mapas; são os mapas sínteses de cada tema e posteriormente elabora essa
679 caracterização. Bom, esses são os principais estudos que a gente usou de referência,
680 primeiramente a Avaliação Ambiental Integrada do Rio Paranaíba, a gente baseou a
681 metodologia de todos os estudos de avaliação ambiental de grandes Bacias, do Rio Araguaia,
682 do Tocantins, todos foram elaborados pela EPE (Empresa de Pesquisa Energética) ligado a
683 ANEEL; eles que elaboram esses estudos macro. A gente usou a mesma metodologia da EPE,
684 lógico que fazendo adequações e melhorias para a Bacia do Rio Araguari. A gente usou a
685 avaliação ambiental da PN1 que a gente tinha acabado de elaborar recentemente. O plano de
686 recursos hídricos com bastante informação, muito importante, que foi o plano de ação de



687 recursos hídricos e o Plano Diretor de recursos hídricos, elaborado pelo Comitê de Bacias. Os
688 inventários de Bacias da ANEEL, isso também muito importante, onde a gente levantou as
689 características dos Empreendimentos e pegando vários estudos ambientais que já foram feitas
690 EIA's/RIMA's anteriores, de Empreendimentos hidrelétricos anteriores da Bacia, como fonte
691 de informação e o Termo de Referência indica também o ZE do Estado. A gente citou o ZE
692 do Estado, mas não utilizamos a função, porque ele já está desatualizado, já tem quase 10
693 anos. A gente menciona, está no Termo de Referência, mas a gente praticamente não usou a
694 informa dele, ele é macro, bem maior do que a nossa carta de trabalho e as informações estão
695 bem antigas. Na carta de recursos hídricos e ecossistemas aquáticos nós levantamos todos
696 esses aspectos da Bacia; Bacias hidrográficas, o clima, qualidade de água, geologia e
697 hidrogeologia, levantamos estudo da ictiofauna, o Pato Mergulhão, os conflitos, mapa de
698 vegetação ciliar, as macrófitas, programa de macrófitas é sério. Para cada tema, variável dessa
699 a gente elaborou um mapa. Esse aqui é um mapa de estudo de sub-bacias da UPRG Araguari,
700 se não me engano são 20 sub-bacias aonde nós temos os principais cursos d'água. A gente
701 elaborou um mapa do IQA que é fornecido pelo IGAM, por bacia, hidrogeologia da bacia,
702 disponibilidade hídrica, pegamos todos os dados do IGAM, levantamos todas as Outorgas da
703 Bacia, disponibilizadas pelo IGAM até 2015 e a vazão outorgada. A gente vê que Santa
704 Juliana já tem problema de vazão, de disponibilidade hídrica, essas duas Bacias, Santa Juliana
705 e Rio São João, perto de Campos Altos são bacias complicadas já com relação à
706 disponibilidade hídrica, elas já estão comprometidas, sem condições de ter mais outorgas.
707 Fizemos mapas de disponibilidade hídrica, superficial e a disponibilidade hídrica subterrânea;
708 utilizamos mapas da declaração de áreas de conflitos do IGAM, refizemos todos os mapas de
709 perdas de solo do Plano Diretor dos recursos hídricos, refizemos por bacia esse mapa;
710 refizemos o mapa de área de preservação permanente, onde tem vegetação ciliar, levantamos
711 todas as ocorrências de Pato Mergulhão na Bacia do Rio Araguari, onde se vê aqui o Alto
712 Araguari e essa região aqui da Canastra, onde está a maior parte da presença do Pato
713 Mergulhão e também aqui na região de Serra do Salitre, levantamos trechos de rio
714 importantes para reprodução de peixe, consideramos Rio Araguari a partir da Cachoeira Pai
715 Joaquim e acima da Nova Ponte são os trechos mais importantes para reprodução de peixe de
716 longa distância na Bacia, consideramos prioritárias para conservação de peixe da Biodiversas
717 e do Ministério do Meio Ambiente, esses são os mapas dos recursos hídricos. O meio físico e
718 ecossistemas terrestres a gente levantou geologia, potencial espeleológico, potencial de solos,
719 fauna, áreas legalmente protegidas na Bacia, sismos também é um problema sério no
720 reservatório, também levantamos ocorrência de sismos da Bacia, está tudo mapeado para isso.
721 Então, esses são os mapas que a gente desenvolveu para a UPRG Araguari, de itinerário a
722 gente considerou a interferência de Hidrelétricas direitos minerários, também é importante,
723 principalmente na região aqui do Alto Rio Claro, tem vários DNPM, classificamos eles, o que
724 está em concessão de lavra, o que está em pesquisa, está tudo classificado, o potencial
725 paleontológico. A região não tem o ocorrência de fósseis; os fósseis estão fora aqui na região
726 de Uberaba, esses dois pontos aqui são município de Uberaba onde tem a ocorrência de
727 fósseis, em Araguari não tem. O potencial espeleológico, que hoje cavidade é um problema no
728 licenciamento ambiental, então, não tem cavidade. Esse é o mapa de potencial da UPRG.
729 Geomorfologia, aonde você vê a hipsometria também, altimetria das Bacias, você vê que a
730 posição mais alta de Araguari em marrom e a porção mais baixa lá embaixo das planícies em
731 verde. Os mapas de solos e também o mapa de sucessão de erosão do solo. Uso do solo, a
732 gente mapeou, a gente pegou a imagem de satélite de 2015 e fizemos a classificação da
733 vegetação, então, ele é um mapa bem atualizado do solo da Bacia, você vê que eu posso falar
734 com 90% da Bacia já é pastagem, agricultura, na região da Canastra ainda tem alguma
735 vegetação; aqui a cidade de Uberlândia, você vê que é bem grande. Levantamos as áreas



736 prioritárias para conservação da flora e também a presença de unidade de conservação na
737 UPGR Araguari. Temos aqui cima o Parque da Canastra, mais em baixo perto de Uberaba o
738 Parque Pau Furado, parque estadual. Aqui a RPPN no meio e aqui a EPE, área de proteção
739 especial em Araxá, são as principais unidades de conservação do Brasil. Como eu falei,
740 consideramos também o ZE do Estado. No diagnóstico do meio socioeconômico, a gente
741 considerou essas variáveis que são condições de vida e econômica, demografia, atividade
742 pesqueira, potencial turístico, uso e ocupação do solo, finanças do município; você tem o
743 ICMS Ecológico, a dimensão institucional, a gestão dos Municípios como é feita e também
744 todo patrimônio arqueológico identificado na Bacia. Para tudo isso tem um mapa, a gente
745 classificou os municípios, os dados; cada município está classificado, qual é o município de
746 alta população, de baixa população, qual é a densidade demográfica mais alta desses
747 municípios da UPGR, a taxa de urbanização desses municípios; a saúde, como está a questão
748 de saúde, a gente especializou todas essas informações. O IDH do município, o PIB, a
749 arrecadação do CEFEM em relação à compensação financeira de exploração mineral, onde
750 se tem algum recurso que vai direto para Prefeitura. Assentamos do INCRA, levantamos
751 assentamentos do INCRA e as comunidades sensíveis, comunidade quilombolas, indígenas,
752 fui tudo pesquisado, os sítios arqueológicos conhecidos na Bacia e também o potencial da
753 malha viária da Bacia. Bom, todos esses mapas da caracterização foram utilizados para a
754 segunda etapa que é Avaliação Ambiental Distribuída. A Avaliação Ambiental Distribuída,
755 conflitos, que a gente chama, depois da caracterização socioambiental a gente trabalha os
756 indicadores de sensibilidade da Bacia e a potencialidade socioeconômico. São também
757 elaborados mapas elaborados ISA's que a gente chamou de Indicadores de Sensibilidade
758 Ambiental e o IPS que é o Índice de Potencialidades Socioeconômicas, nós vamos mostrar os
759 mapas que fizemos e em paralelo a gente faz os mapas de impactos; impactos de
760 Empreendimentos hidrelétricos previstos para Bacia no cenário de médio e longo prazo;
761 então, a gente mapeia todo esses impactos e cruzando os mapas de sensibilidades e
762 potencialidades com os impactos a gente tem o mapa de vulnerabilidade e potencialidade da
763 Bacia, esse é o resultado da Avaliação Ambiental Distribuída, que eu vou tentar mostrar para
764 você como que foi feito. A gente levanta os principais indicadores de sensibilidade da Bacia,
765 que são possíveis de serem mapeados na escala de trabalho, então, a gente chamou de ISA 1,
766 2, 3, 4, no caso de Recursos Hídricos e ecossistemas aquáticos, a sensibilidade de águas
767 superficiais, qualidade das águas, a disponibilidade hídrica, a sensibilidade relacionada ao
768 Pato e a sensibilidade relacionada a ictiofauna. Do meio físico e ecossistemas terrestres a
769 gente elaborou mais 04 Indicadores de sensibilidade, que a contaminação das águas
770 subterrâneas, a sensibilidade da erosão do solo, a sensibilidade geológica da Bacia e
771 ecossistemas terrestres que se refere a cobertura e uso do sol. No meio socioeconômico a
772 gente construiu esses mais 05 ISA's, 05 indicadores de sensibilidade relacionados à exposição
773 e organização do território, as condições de vida dos Municípios, o comprometimento do uso
774 econômico dos solos e dos recursos naturais, o potencial de conflitos de uso e potencial de
775 alteração de comunidades sensíveis e patrimônio cultural. Tudo isso a gente sintetizou em
776 mapas, como que foi feito esses mapas? No caso aqui, a sensibilidade associada à qualidade
777 das águas, a gente trabalhou com os dados do IGAM, que são os dados disponíveis com
778 relatórios anuais. A sensibilidade de qualidade das águas é composto por 03 mapas de
779 variáveis, IQA, contaminação por tóxicos e o ET que é o Estado Trófico. O estado trófico é a
780 qualidade de cada Bacia, o IGAM monitora a qualidade da água periodicamente na Bacia. E a
781 gente determina pesos; pesos variáveis para cada Bacia, isso é uma análise técnica e também
782 estatística de quais são os pesos de cada mapa desse, então, a gente classifica de 1 a 5. O que
783 que seria uma qualidade de água excelente a gente chama de 5 e uma muito ruim a gente
784 chamou de 1. Então, esse mapa de qualidade de água, a partir de dados do IGAM, qual Bacia



785 estaria excelente e qual estaria ruim, no caso, contaminação de tóxicos e de estados tróficos, a
786 gente determinou faixas de valores para classificar o que seria alto e baixo; taxas de valores
787 para sensibilidade muito baixa e muito alta classificamos. Então, esses mapas é um trabalho
788 de geoprocessamento, é um trabalho pesado onde você cruza esses mapas, sobrepõe um com
789 o outro com pesos específicos definidos, tecnicamente e estatisticamente definidos e gera um
790 mapa único que é um indicador de sensibilidade ou potencialidade. Então, esse aqui é o mapa
791 de IQA da Bacia, esse de contaminação por tóxicos e esse por estado trófico, colocando os
792 pesos em cada um quando você cruza no geoprocessamento você tem um mapa único. Esse é
793 o mapa de sensibilidade associada a qualidade das águas superficiais, onde você tem aqui a
794 sensibilidade do Alto Uberabinha e o Alto Rio Claro, uma sensibilidade muito mais alta que
795 no outro ponto da Bacia. O Rio Uberabinha tem um maior lançamento de esgoto, em maior
796 quantidade, ele tem uma sensibilidade média, esse é o mapa do ISA da qualidade de água.
797 Assim fizemos para todos os ISA's, esse é o ISA para águas superficiais e subterrâneas, onde
798 a gente levantou todas as outorgas e disponibilidade hídrica da Bacia, por sub-bacia, relação
799 de vazão outorgada por vazão outorgável, a demanda pela disponibilidade superficial e
800 subterrânea, também dando peso para cada um, considerando também áreas que já tem
801 declaração de conflitos do IGAM. Então, cruzando esses mapas no geoprocessamento a gente
802 consegue um mapa único que é o mapa de disponibilidade hídrica subterrânea e superficial
803 em toda Bacia. Você vê nitidamente que a Bacia do Rio São Francisco em Santa Juliana já
804 está comprometida e outras como o Alto Araguari ainda tem uma disponibilidade alta de
805 água, não tem uma demanda porque a região é diferenciada. Eu vou mostrar, é uma região
806 com menos agricultura do que a região do Quebra-anzol, uma região mais agrícola. Você vê a
807 região do São João no Alto Quebra-anzol também tem disponibilidade hídrica, são áreas mais
808 sensíveis. O Pato Mergulhão também usando três variáveis, foi elaborado pela ONG Terra
809 Brasilis; eles desconsideraram o uso do solo nas áreas de preservação permanente,
810 considerando onde existe vegetação ciliar a sensibilidade do Pato é alta, porque ele está
811 associado a mata ciliar e ele está associado também a ordem de grandeza dos rios. Pelo estudo
812 deles ele ocorre principalmente nos cursos d'água classe 2 a 3, que são os cursos d'água
813 menores, ele não ocorre com os de maiores disponibilidades, eles estavam no Rio Araguari,
814 no Quebra Anzol, Terra do Salitre, mais alta e a distância do registro dele, que já conhece
815 onde ele ocorre; ele ocorre principalmente na Bacia do Alto Araguari e Alto Quebra-anzol e
816 também na região da Serra do Salitre, são as áreas de maior potencial. Então, cruzando esses
817 03 mapas, a gente tem o indicador de sensibilidade do Pato Mergulhão. A gente vê no Alto
818 Araguari, acima da Cachoeira Pai Joaquim até a nascente são áreas sensíveis para ocorrência
819 do Pato. O alto Quebra-anzol também é uma área sensível para ocorrência do Pato, área de
820 Serra do Salitre. A região de Poção Baixa de Uberlândia ela já não tem, porque os córregos já
821 estão mais alterados. Então, o Pato não ocorre, ele só ocorre em água limpa com mata ciliar
822 preservada. Na Bacia do Quebra-anzol ele não ocorre, a princípio não ocorre, segundo
823 informação do Terra Brasilis, acredito que seja o excesso de alteração da qualidade da água,
824 com água suja, com baixa visibilidade, porque o Pato precisa mergulhar para pescar o peixe,
825 ele precisa ver o peixe se não ele não pesca. Então, eles acham que não existe no Quebra-
826 anzol porque a água está com o sedimento elevado em função das atividades agrícolas dessa
827 Bacia. A ictiofauna, a gente levantou todos os trechos de ocorrência de migração de longa
828 distância, a gente 180 km, a literatura considera de maior importância para trechos de longa
829 distância. Você tem o Araguari e o Quebra-anzol como os mais importantes, considerando
830 também a qualidade das águas, o IQA, a ocorrência de endemismos, acho que de 1000 a 1100
831 metros quadrados, em metros de altitude a gente considerou que pode ocorrer a presença de
832 endemismo de peixes, são os rios de menor porte, em toda essa cabeceira pode ocorrer
833 endemismo de peixe, ainda não se tem um estudo detalhado sobre isso, consideramos também



834 as áreas prioritárias da ictiofauna. Então, cruzando esses 04 mapas nós temos a sensibilidade
835 da Bacia associada a ictiofauna, onde se vê ainda que o Alto Araguari e o Quebra-anzol são os
836 mais importantes para ictiofauna e também essa parte média é aquela região que eu falei dos
837 endemismos de peixe. As porções mais baixas são os cursos d'água mais alterados, já estão
838 ocupados por grandes Hidrelétricas, que são menos sensíveis à migração de peixe. Já
839 passando para recursos hídricos e ecossistemas aquáticos a gente juntou esses 04 mapas,
840 também com pesos para cada mapa e quando se junta indicadores de qualidade de água, com a
841 disponibilidade hídrica, o Pato Mergulhão e o Peixe, juntando esses mapas a gente vê a
842 sensibilidade da Bacia aos recursos hídricos e ecossistemas aquáticos. Esse é o mapa síntese
843 desse tema, recursos hídricos e ecossistemas aquáticos da UPGR, aonde se vê as áreas mais
844 sensíveis e as menos sensíveis com relação aos recursos hídricos. Bom, passando para o outro
845 tema que é o meio físico e ecossistemas terrestres, a gente também desenvolveu a
846 contaminação de águas subterrâneas, a sensibilidade de erosão dos solos, a sensibilidade
847 geológica dos ecossistemas terrestres, dá para se ver nitidamente que o Parque da Canastra é
848 mais sensível com relação a fauna e flora, e a vegetação de serra é onde tem a vegetação mais
849 preservada, tem uma sensibilidade mais alta, enquanto que as áreas de agricultura, em azul,
850 tem menor sensibilidade. Aqui, na sensibilidade geológica, existe uma divisão geológica onde
851 se tem uma área menos sensível aos processos erosivos e o solo é uma geologia diferenciada,
852 e então, tem dois tipos de áreas aqui. Então, cruzando esses mapas a gente tem o síntese da
853 sensibilidade da Bacia associada ao meio físico e ecossistema terrestre, onde se vê
854 nitidamente a área ocupada pelas grandes Hidrelétricas, Nova Ponte, Miranda, Capim Branco,
855 já ocupada por pastagem e agricultura, são as áreas menos sensíveis, enquanto que as áreas
856 em vermelho aqui no entorno do Parque são áreas mais preservadas e áreas mais sensíveis. A
857 Bacia do Ribeirão do Inferno também é uma área bem sensível, tem muita vegetação de
858 campo ainda; campo cerrado, então são áreas mais sensíveis e região também de Serra do
859 Salitre tem uma área bem preservada. Esse é o mapa síntese desse tema. O meio
860 socioeconômico nós fizemos mais 05 indicadores de sensibilidade do meio socioeconômico e
861 sensibilidade do uso do solo. Aqui as informações são por município, você tem as condições
862 de vida; você vê, por exemplo, que o município de Uberaba, Uberlândia e Araxá são
863 municípios mais desenvolvidos, então, eles tem condições de vida, uma sensibilidade mais
864 baixa para as condições de vida. Enquanto que município de São Roque tem um sensibilidade
865 maior do ponto de vista socioeconômico, ele pode sofrer mais os efeitos do impacto do que
866 outros municípios como Uberaba que tem maior capacidade de absorver esse impacto.
867 Fizemos também o mapa de uso do solo e recursos naturais, por município; patrimônio
868 cultural, fizemos aqui, você observa que aqui tem uma bola no município de Tapira, de Araxá,
869 onde lá tem uma Associação Indígena, ela também foi mapeada; foi mapeada a questão de um
870 possível quilombo na região de Patrocínio, então, está tudo espacializado. Os assentamentos
871 rurais do INCRA também foram mapeados e aqui, o potencial de conflito, onde pode ocorrer
872 conflitos de uso do solo. Cruzando esses 05 mapas a gente tem um mapa síntese da
873 sensibilidade do meio socioeconômico por município, como eu novamente eu mostrei,
874 Uberaba, Uberlândia e Araxá por serem municípios com maior dinâmica socioeconômica eles
875 tem uma sensibilidade mais baixa do que outros como municípios menores, como Serra do
876 Salitre, Rio Paranaíba, Indianópolis e São Roque de Minas, que tem a sensibilidade alta. Bom,
877 ai a gente tem os 03 mapas síntese dos temas; a gente cruzou esses 03 mapas síntese de
878 recursos hídricos, meio físico e socioeconômico. Cruzando esses 03 mapas nós geramos um
879 mapa único que seria o mapa da sensibilidade da UPGR Araguari, onde se vê as áreas mais
880 sensíveis, o Alto Araguari realmente é sensível, em função do Parque, da zona
881 amortecimento, as áreas aqui no São João São muito da alta sensibilidade; Serra do Salitre e
882 as regiões mais baixas são menos sensíveis por já existir uma ocupação por cidade maior, são



883 mais alteradas com relação as outra. Esse é o mapa, quando se pega um estudo desse,
884 logicamente, que esse aqui é o síntese, mas tem que estudar cada tema individualmente
885 quando se vai avaliar um estudo desse. Cada mapa é importante para uma questão, é a questão
886 hídrica, é da ictiofauna, tem que olhar o mapa da ictiofauna. Esse aqui já é o mapa geral, se
887 você vai olhar a questão do Pato, tem que olhar o mapa que reflete mais as condições daquela
888 variável. Então, além dos indicadores de sensibilidade elaboramos um mapa de potencialidade
889 social, qual seria a potencialidade desses municípios em absorver esses impactos. Então, nós
890 geramos um mapa com relação ao PIB, o crescimento do PIB em 10 anos de cada município,
891 o IDH desses municípios e também a receita orçamentária de cada município, também
892 classificamos em classe e quando se cruza esses você tem um mapa da potencialidade
893 socioeconômica da UPGR. Da mesma forma, você vê municípios melhores, Patrocínio com a
894 potencialidade mais alta, aqui é o inverso, a potencialidade é mais alta. Aqui a gente inverte a
895 ordem, Patrocínio, Araxá, Uberaba e Uberlândia tem uma potencialidade maior em relação
896 aos demais que são pequenos, então, esse é o de potencialidade socioeconômica. A gente
897 cruzando o mapa de potencialidade socioeconômica com a sensibilidade socioeconômica a
898 gente fez um mapa que chama capacidade de resposta; capacidade de resposta desses
899 municípios a retornar às condições ambientais depois de sofrerem o efeito. Então, essa é a
900 capacidade de resposta desses municípios da UPGR. Da mesma forma você tem municípios
901 maiores que tem maiores capacidades, se tiver um Empreendimento vão ter condições de
902 voltar mais rápido do que outros de menor porte e menor estrutura social. Bom, depois que a
903 gente fez todo esse diagnóstico, esses mapas da sensibilidade ambiental da Bacia e a
904 potencialidade social da Bacia, a gente levantou todos os Empreendimentos Hidrelétricos
905 atuais e os previstos para a Bacia. Isso está disponível no site do IGAM, que são os
906 inventários hidrelétricos da Bacia. Hoje, a Bacia já tem 84% da energia, potencial energético
907 já instalado, com os grandes Empreendimentos. Todo o cenário, atual até 2016, a gente
908 considerou o cenário atual os Empreendimentos que já existem na Bacia e a gente avalia o
909 cenário de médio prazo. O cenário de médio prazo são aqueles Empreendimentos que já tem
910 projeto básico aprovado na ANEEL, ou seja, já tem um projeto e já tem uma licença prévia
911 aprovada na Bacia e já tem projetos previstos para o ano até 2026. E o cenário de longo prazo
912 são aqueles que são eixos disponíveis, que ainda não tem projeto aprovado, só existe
913 potencial, são possíveis lugares de Hidrelétricas que não tem nem projeto ainda. Isso não quer
914 dizer que todos vão ser implantados, porque isso depende ainda de licença ambiental, de
915 estudo ambiental, a avaliação ambiental integrada não licencia Empreendimento nenhum. São
916 cenários possíveis de implantação de Empreendimento. Hoje nós temos no cenário atual 04
917 Hidrelétricas grandes no Rio Araguari e Quebra-anzol, que é Araguari, Nova Ponte, Miranda,
918 Capim Branco I e Capim Branco II, já implantadas a mais tempo. Temos 04 PCH's,
919 Cachoeira dos Macacos no Rio Araguari; Pai Joaquim no Rio Araguari acima de Nova Ponte;
920 PCH Martins e Malagone no Rio Uberabinha próximo a Uberlândia. Essas já estão
921 implantadas. Além disso, temos 02 CGH's, essa informação é até 2015, da época que a gente
922 fechou o estudo. Tem uma PCH, Tamanduá, que está desativada, no Rio Tamanduá, próxima
923 a Araxá. Nós temos a localização dela, de baixo para cima nós temos Capim Branco I no Rio
924 Araguari, Capim Branco II, Miranda, Nova Ponte, aqui é a PCH Pai Joaquim no final do
925 reservatório Nova Ponte e Cachoeira dos Macacos, logo acima da Pai Joaquim. Lá em baixo
926 no Rio Uberabinha nós temos Malagone e temos a PCH Martins, as duas abaixo da cidade de
927 Uberlândia. Temos aqui a CGH Barro Preto na cabeceira do Rio Claro, tem uma CGH, que
928 são pequenas Centrais Hidrelétricas de até 05 mega de geração. As PCH's são até 30 mega de
929 geração, acima disso são as UHS's. Tem a CGH Barro Preto e a CGH Pratinha aqui no
930 município de Pratinha. Aqui, próximo a Araxá tem a PCH Tamanduá, é uma Hidrelétrica
931 desativada, mas existe um barramento, um pequeno reservatório. E no cenário de médio prazo



932 nós temos 10 PCH's projetadas, com projetos já aprovados pela ANEEL e 01 PCH já
933 outorgada, mas não implantada, ela chegou a ter LI, se não me engano; a PCH Cachoeira do
934 Miner, no Rio Uberabinha, como eu falei, elas são abaixo de 30 mega; todas abaixo de 30
935 mega para ser uma PCH e os reservatórios em torno de 300 hectares mais ou menos ou até
936 bem menos, tem uma que tem 05 hectares, é pequena. Então, são esses projetos que estão
937 aprovados. E no longo prazo temos 12 projetos no longo eixo, também são menores ainda,
938 com menor potência e menor área de reservatório, exceto essas duas do Quebra-anzol, que são
939 duas com reservatórios maiores, com eixos disponíveis, quer dizer, essas duas seriam com
940 reservatórios maiores. Aqui a localização delas no mapa, essas são as Hidrelétricas já
941 existentes. Você tem lá, de baixo para cima, no Rio Uberabinha a PCH Machado, a PCH
942 Miner, a Buriti, a Dias e Jardim. Aqui no Rio Claro, tem a Fazenda Salto, isso no cenário de
943 médio prazo, aqueles que já tem projeto aprovado. A Fazenda Salto, a Cauá no Rio Araguari,
944 Perdizes, Sacramento, Inferno, Desemboque, então, essas são as 11 PCH's num cenário de
945 médio prazo, que já tem projeto aprovado. No longo prazo nós temos a Varginha no Rio Claro
946 e Caxuana, acima da PCH Fazenda Salto. Temos aqui a Prata no Araguari, acima do Araguari
947 temos a Canoas, Fula e Nunes. Ainda temos 02 previstas aqui no Ribeirão do Inferno, dois
948 eixos disponíveis; PCH Brogotá e Retiro, e temos 03 eixos aqui no Quebra-anzol, Serrote,
949 Morro Alto e Quebra-anzol. Então essas são as PCH's de longo prazo. Então, esse foi o
950 cenário que a gente analisou, como ficaria a Bacia no médio prazo e no longo prazo. Essa é a
951 parte que eu falei de identificação dos impactos, a avaliação. Nós pegamos todas as
952 Hidrelétricas e levantamos todas as características delas, área do reservatório, regime de (...),
953 a potência, a interferência em trecho de rio com a ictiofauna, potencial espeleológico nessas
954 áreas, se atinge vegetação ou se não atinge, se tem Unidades de Conservação por perto, se está
955 próximo de cidade ou está próximo de alguma comunidade tradicional, a disponibilidade
956 hídrica da Bacia. Classificamos todas essas características para cada PCH's e definimos a
957 intensidade do impacto. Se for uma PCH pequena vai causar um impacto menor, mas uma
958 Hidrelétrica maior vai ter um impacto maior, um reservatório pequeno vai ter um impacto
959 menor que um reservatório grande, é lógico. A gente pegou todas essas características e aqui
960 só um exemplo de como nós fizemos, no caso do reservatório, para dimensionar a intensidade
961 desse impacto, a gente considerou que um reservatório menor que 50 hectares seria muito
962 baixo, já um reservatório acima de 1000 hectares seria muito alto. Foi junto com os técnicos,
963 com o Empreendedor, com o Setor Elétrico, o que seria alto e baixo. Nós classificamos de 1 a
964 5 para poder espacializar esse impacto e onde que ele ocorreria. Aqui o mesmo caso também,
965 da rota migratória de peixe, se ele está intervindo no trecho de Rio acima de 180 km
966 disponível para migração de peixe ele vai causar um impacto muito alto, se ele está
967 interferindo num trecho que já está barrado, o impacto é muito baixo, com relação a peixe.
968 Nós pegamos todos os possíveis impactos de Hidrelétricas, levantamos os principais impactos
969 causados por Hidrelétricas, fizemos vários estudos ambientais, quais são os principais
970 impactos causados por Hidrelétricas numa Bacia. Com relação a recursos hídricos e
971 ecossistemas aquáticos nós levantamos esses 08 impactos e espacializamos cada um desses
972 impactos num cenário de médio e longo prazo, para cada PCH. Então, como parte da
973 alteração da fisiologia do rio, em lote epilético, qual seria a intensidade do impacto dessa PCH
974 com relação a esse impacto. Se está afetando rota migratória, 02 PCH's foram classificadas
975 com relação a rota migratória. Comunidade ictia, a jusante, abaixo da barragem, não vai ser
976 afetada. Alteração da ictiofauna com relação a alteração do trecho com vazão reduzida,
977 algumas Hidrelétricas tem a característica de terem a vazão reduzida, as outras não tem, são a
978 fio d'água, não tem vazão reduzida. Então, isso interfere na dinâmica do rio, no transporte de
979 sedimento principalmente, o potencial de alteração da qualidade de água, a disponibilidade
980 hídrica da Bacia, se tem disponibilidade hídrica para aquela Bacia, foi avaliada, e se altera a



981 dinâmica fluvial e a mudança de hábitos para a ocorrência do Pato, também foi um impacto
982 avaliado nesse mapa de recursos hídricos. O outro tema, meio físico e ecossistemas terrestres,
983 nós avaliamos mais 05 impactos; perda de água, redução da biodiversidade, interferência em
984 áreas protegidas para cada Empreendimento, períodos de função de reguladores para
985 cobertura vegetal, potencial de processo erosivos e a perda de patrimônio espeleológico, se
986 está afetando ou não. E com relação ao meio socioeconômico, a gente teve mais esses
987 impactos, no caso de Hidrelétricas os impactos socioeconômicos muitas vezes são bem
988 significativos. Então, nós tivemos esses impactos socioeconômicos, avaliamos todos eles,
989 uma relação de doenças associadas a veiculação hídrica, insetos, dengue e tal. O aspecto
990 funcional, as condições de vida da comunidade, o sistema de produção afetados pelas
991 Hidrelétricas, pela circulação de pessoas nas obras e a comunicação entre as Comunidades, o
992 impacto sobre recursos naturais, no caso DNPM, se impacta ou se não impacta na DNPM, os
993 vínculos culturais da Comunidade, se está alterando o vínculo de alguma Comunidade social.
994 Temos 03 impactos positivos que são gerados, esses em vermelho são os positivos, também
995 foram avaliados; a arrecadação tributária para o município, porque o município passa a
996 receber uma receita da geração de energia, o mercado de trabalho, porque dinamiza o
997 mercado de trabalho, que pode melhorar a oferta de emprego e os potenciais usos futuros,
998 porque alguns reservatórios podem fazer usos futuros para recreação, turismo, podem trazer
999 algum benefício para o município. O impacto negativo é a perda de patrimônio cultural, no
1000 caso, se algum desses Empreendimentos afetaria isso. Então, a gente especializou isso, a gente
1001 classificou cada um desses impactos, a significância e a abrangência para cada um dos
1002 reservatórios e gerou um mapa de impacto e cruzando todos os impactos a gente tem qual
1003 seria a região e a intensidade de cada impacto na região. Então, nós pegamos as informações
1004 de todos os Empreendimentos, nós temos hoje, as Hidrelétricas no cenário atual, área que já
1005 foi alterada pelos Empreendimentos que já existem. Aqui, Capim Branco, Mirando, Nova
1006 Ponte já foram alterados e aqui no cenário de médio prazo a gente jogou aquelas Hidrelétricas
1007 que já tem projeto básico aprovado. Você vê que aqui já muda, os efeitos e os impactos já
1008 mudar, aqui no Rio Uberabinha tem algumas Hidrelétricas previstas para cá. Aqui no rio
1009 Araguari já muda para cenário de médio prazo, as Hidrelétricas previstas para cá já muda, os
1010 efeitos seriam nessa calha do Rio, nessa Bacia, nesses Municípios e também o Quebra-anzol
1011 se mantém, porque no Quebra-anzol a médio prazo não tem Hidrelétrica prevista, só tem no
1012 cenário atual. Já no cenário de longo prazo implantando as de médio prazo e ainda as de
1013 possíveis eixos você tem outra condição da bacia, onde altera toda cabeceira do Araguari e do
1014 Quebra-anzol, também esse é o cenário nos recursos hídricos no cenário de longo prazo
1015 quando se joga os impactos dos Empreendimentos Hidrelétricos aqui. Fizemos também para o
1016 meio físico e ecossistemas terrestres, aqui você vê o cenário atual onde já sofreu os impactos
1017 das grandes Hidrelétricas aqui na bacia, aqui nessa parte mais baixa da Bacia. No cenário de
1018 médio prazo quando entra as Hidrelétricas no Rio Araguari você tem já uma mudança aqui,
1019 no Alto Araguari, e no Rio Uberabinha, abaixo de Uberlândia. E no longo prazo você começa
1020 a ver que no Uberabinha já está bem mais alterado e entra as Hidrelétricas do Quebra-anzol,
1021 com relação ao ecossistemas terrestre. A mesma coisa fizemos com o socioeconômico,
1022 embaixo aqui são os municípios afetados pelas Hidrelétricas atuais. Aqui na foz do Rio
1023 Araguari já muda de baixo para alto, a Bacia do Rio Claro e do Uberabinha passa a mudar de
1024 baixo para alto. E, por fim, o longo prazo você vê que muda, a situação piora para média, que
1025 aqui na região era alta e Quebra-anzol que era baixa passa a ser média. Então, isso é onde
1026 seria sentido os efeitos dos impactos das Hidrelétrica. Fizemos também aquele mapa dos
1027 efeitos positivos, os 03 cenários onde se teria algum efeito dos impactos positivos, no cenário
1028 atual, médio e no longo prazo, por município. Bom, depois que elaboramos um mapa de
1029 sensibilidade, todos aqueles de sensibilidade para cada tema; elaboramos os impactos, a gente



1030 cruzou os mapas, sobrepôs os mapas dos impactos na sensibilidade atual da Bacia, isso
1031 resultou nos mapas de vulnerabilidade, onde as áreas vão ficar mais vulneráveis a implantação
1032 das Hidrelétricas nos cenários de médio e longo prazo, porque no cenário atual já ocorreu;
1033 então não faz sentido a avaliação atual, na verdade é no médio prazo e no longo prazo,
1034 fizemos para cada tema, recursos hídricos, aquáticos onde se vê no cenário médio e longo
1035 prazo, a vulnerabilidade mais alta continua sendo no Araguari no médio prazo e no longo
1036 prazo entra o Quebra-anzol como mais vulnerável também. Também fizemos para o meio
1037 físico no médio e no longo prazo para as Hidrelétricas, onde se vê as Hidrelétricas, tem no
1038 médio prazo e também no longo prazo em Araguari, no Quebra-anzol no longo prazo, das
1039 alterações sobre a cobertura vegetal e no meio físico. E da mesma forma fizemos do meio
1040 socioeconômico, no cenário de médio prazo e no longo prazo, onde estaria a vulnerabilidade.
1041 É a mesma coisa, municípios maiores tem baixa vulnerabilidade, porque ele tem a capacidade
1042 de absorver Empreendimentos, enquanto municípios menores tem vulnerabilidade mais alta,
1043 porque eles não tem uma capacidade administrativa, financeira e técnica de absorver um
1044 Empreendimento desse. Bom, fizemos também a capacidade de resposta no cenário atual, a
1045 gente sobrepôs os impactos positivos com a capacidade de resposta ai deu a também a
1046 capacidade resposta desses municípios num cenário de médio e longo prazo, considerando as
1047 Hidrelétricas previstas. Esse é o resultado então da Avaliação Ambiental Distribuída. Ainda
1048 nesse documento a gente levantou os principais conflitos da Bacia, os conflitos que são o uso
1049 da água para abastecimento e geração, esse é um conflito que já ocorre e pode ocorrer,
1050 conflito com o Pato Mergulhão, tem gente querendo implantar Hidrelétrica e tem gente
1051 querendo preservar o Pato, então, é um conflito. Os processos erosivos com a implantação das
1052 Hidrelétricas, usos do solo, tem gente que quer plantar, tem gente que quer produzir energia,
1053 tem gente que quer preservar. São conflitos de uso. Mineração também é outro conflito, acho
1054 que na região do Rio Claro tem muito areeiro, que tira a extração do rio, quer dizer, é um
1055 conflito, tem que ter DNPM. Áreas prioritárias para conservação é outro conflito e a
1056 manutenção da qualidade da água, que pode alterar a qualidade gerando conflito com usuários
1057 mais à jusante. A Bacia já tem áreas com conflitos de disponibilidade hídrica, essas são as
1058 áreas de conflito da Bacia, que o IGAM considera que não tem mais disponibilidade hídrica
1059 em função das grandes irrigações com pivô central, essas manchas amarelas são Bacias já
1060 complicadas com relação a disponibilidade hídrica. E os conflitos sociais, a cana de açúcar é
1061 um conflito mapeado do município de Perdizes, Uberaba, onde o crescimento das grandes
1062 lavouras de cana pode envolver conflitos com emprego. Hoje, tem acabado isso, o corte está
1063 sendo todo automatizado, parando com corte manual, mas isso antigamente existiu na Bacia,
1064 existe esse conflito. No Município de Nova Ponte existia o conflito de pesca, profissionais da
1065 pesca, então, é um conflito que pode existir com a implantação de Empreendimentos
1066 hidrelétricos e conflitos pelo uso da terra, a questão da Bacia sempre foi marcada por
1067 conflitos, assentamentos de sem-terra, então, é um é um conflito que pode assistir em algum
1068 Empreendimento na Bacia. Então, a gente levantou todas essas características, por exemplo,
1069 os mapas de sensibilidade, de vulnerabilidade, e mapas de impactos e conflitos e partimos
1070 para o quarto relatório, que é realmente a Avaliação Ambiental Integrada, onde a gente pega
1071 todos os impactos previstos e os Empreendimentos previstos e faz uma análise integrada de
1072 cumulativos e sinérgicos que a gente chamou de subáreas. O que são subáreas? Esse aqui é o
1073 mapa de sensibilidade da Bacia que a gente acrescentou as áreas de restrição de uso, são áreas
1074 previstas no Plano Diretor com restrição de uso, como as Cabeceiras do Rio Uberabinha, do
1075 Rio Claro, que são captações de água previstas no Plano Diretor, são áreas de proteção
1076 ambiental se não me engano, o Parque, o zoneamento, com área de restrição de uso, as APE's
1077 e ai nós vimos analisando esses mapas que nós temos 03 subáreas, você tem a poção baixa do
1078 Rio Araguari, de Nova Ponte até no Capim Branco, onde se tem uma área mais urbanizada e



1079 uma topografia mais suave, então, ela tem uma característica diferenciada da região de
1080 montante. A gente conciliou a área de montante 2, que é o alto Araguari, você tem aqui acima
1081 da Cachoeira Pai Joaquim, com relevo, com topografia mais acidentada, uma região
1082 consequentemente mais preservada, com menos lavoura, menos agricultura. Então, é outra
1083 região, do Parque também, e consideramos a terceira área que seria a Bacia do Quebra-anzol,
1084 onde se tem o uso mais intensivo da agricultura e também alteração diferenciada de baixo,
1085 porque nessa região ainda não existe reservatórios, nessa região de baixo já existem
1086 reservatórios em quase todos os cursos d'água. A gente, então, analisando todos esses
1087 impactos, Empreendimentos e a sensibilidade da Bacia, esse é o resultado da avaliação
1088 ambiental, é propor diretrizes para a gestão ambiental da Bacia e para o licenciamento
1089 ambiental desses Empreendimentos em cada cenário e para cada tema, a gente divide por
1090 tema para ficar mais fácil de visualizar. Isso tem uma forma descritiva lá no documento, mas
1091 nós temos as diretrizes para a gestão ambiental, são diretrizes gerais que eu vou mostrar aqui
1092 para cada tema e temos recomendações para estudos complementares na Bacia; estudos de
1093 recomendações para a ictiofauna e Pato Mergulhão; temos ainda diretrizes para licenciamento
1094 ambiental desses Empreendimentos da Bacia, também dividimos para cada tema. Isso está
1095 descrito no documento, cada diretriz está descrita no documento, mas no final tem um quadro
1096 resumo, é até meio extenso e difícil de apresentar cada diretriz dessa, mas essas são as
1097 diretrizes gerais, nós temos um quadro com a diretrizes gerais, abrangência, onde que ela se
1098 aplica, quais Empreendimentos Hidrelétricos estariam obrigados a ter essa diretriz, qual se
1099 aplica e quem seria o responsável por essa diretriz. No caso das diretrizes gerais para a gestão
1100 de recursos hídricos geralmente são ações que já são previstas no Plano Diretor de Recursos
1101 Hídricos para o Comitê e a responsabilidade é do Comitê, (...) dos cursos d'água nos rios da
1102 Bacia, a função é do Comitê e da SEMAD, quer dizer, o que é preciso fazer para melhor a
1103 gestão na Bacia de todo Araguari e complementar planos de saneamento básico, quem tem
1104 que fazer são as Prefeituras, elas que são obrigadas a fazer. Agora, para melhorar a gestão
1105 dessa Bacia, o Poder Público é o responsável por essas ações que a gente chamou de gerais,
1106 outorga, melhor rede hidrológica. Aqui continua mais ações de caráter geral, para entender
1107 leis da barragem, leis de outorga, leis de disponibilidade hídrica, os órgãos ambientais, no
1108 caso, a SEMAD e as Secretarias de Planejamento são os principais responsáveis pelas ações.
1109 Na questão também de diretrizes gerais de cada tema, recursos hídricos, a gente acha que tem
1110 que melhor a manutenção e aprimoramento de águas superficiais da gestão na Bacia, o IGAM
1111 tem poucos pontos de monitoramento, deveria aumentar os pontos de monitoramento dele na
1112 Bacia e os programas para melhora as condições de saneamento no Bacia do Rio Araguari.
1113 No meio físico e ecossistemas terrestres, algumas diretrizes gerais, também do Comitê e da
1114 SEMAD, essa aqui seria para os Empreendedores Hidrelétricos, seria uma rede integrada de
1115 monitoramento de transporte de sedimentos na Bacia, porque se não for integrada ela não
1116 funciona, implantar ações para criar Unidades de conservação e proteção da biodiversidade na
1117 Bacia, no caso, SEMAD, IEF são responsáveis por isso, com o apoio dos Empreendedores, é
1118 lógico. A gente colocou implantar o programa cultivando Água Boa na Bacia do Araguari,
1119 que já ocorre na Hidrelétrica de Itaipu; o programa cultivando água boa é referência no Brasil
1120 hoje, na conservação do solo e da água, desenvolvido pela Itaipu e Araguari está na mesma
1121 Bacia. Então, a gente está propondo que seja estendido esse programa para a Bacia. Efetivar a
1122 implantação das capoeiras em torno dos reservatórios e seus Empreendedores, eles tem que
1123 realmente efetivar o plano e não só propor. O meio socioeconômico está nas diretrizes gerais
1124 que os Empreendedores tem que que cumprir, fazer uma articulação, fazer uma rede de
1125 informações, não só de geração de energia, mas de meio ambiente, os estudos ambientais
1126 serem integrados na Bacia e não só isolados por Hidrelétricas. Acho que tem que ser
1127 integrado. E fazer convênios com a Sociedade Civil e Poder Público. Aqui, são estudos



1128 complementares que a gente propôs, são estudos que a gente está propondo como estudos
1129 complementares do processo migratório de peixe da Bacia. Aqui nós temos quais são as sub-
1130 bacias e quais Empreendimento e quais as PCH's que tem que ser feito esse estudo. Então, é
1131 na Bacia do Alto Araguari e no Quebra-anzol, todas as PCH's que são implantadas nessa
1132 Bacia tem que se melhorar esse conhecimento do processo migratório de peixes dessa Bacias,
1133 ainda tem pouca informação. E levantar o monitoramento da ictiofauna dessas Bacias
1134 também. Então, essas são a PCH's que para serem implantadas tem que melhorar as
1135 informações da ictiofauna, principalmente a ictiofauna de endemismos, que são as de
1136 cabeceiras dos cursos d'água menores, onde ocorrem peixes menores que são importantes
1137 para a ictiofauna. O estudo do Pato Mergulhão, é preciso conhecer melhor o Pato Mergulhão
1138 na Bacia, onde que ele ocorre. Essas são as Bacias do Quebra Anzol, Araguari e Rio Claro
1139 precisa-se conhecer melhor a área de vida dele, onde que ele ocorre com certeza. Então, todas
1140 essas PCH's tem que fazer esse estudo complementar para o Pato Mergulhão. O Rio Claro
1141 tem todas as características para ocorrer o Pato Mergulhão, mas ele não foi achado, até hoje
1142 não se viu o Pato lá. Tem água limpa, mata ciliar, tem todo potencial para ter o Pato, mas o
1143 Terra Brasilis ainda não encontrou o Pato lá. E também por falta de acesso porque é um rio
1144 muito encachoeirado, é difícil de visualizar, difícil de investigar, então, tem que se melhorar
1145 isso lá. Em Araguari e Quebra-anzol eles já conhecem o Pato, então tem que melhorar o
1146 conhecimento, saber até onde vai, até onde ele ocupa. No caso do Quebra-anzol tem o
1147 processo de transporte de sedimento que é forte, então, o assoreamento é muito maior e o Pato
1148 não vive lá em função da qualidade das águas. Aqui são as diretrizes para os processos de
1149 licenciamentos ambientais da UHE's, então, para cada Empreendimento tem uma diretriz.
1150 Algumas diretrizes são previstas já no processo do EIA, outras a gente está indicando, como
1151 por exemplo, o Rio Uberabinha que já tem uma qualidade de água ruim, a gente acredita que a
1152 implantação de novos Empreendimentos pode piorar a qualidade da água, porque lá já tem um
1153 desenvolvimento de macrófitos, então, a gente tem que fazer uma modelagem da qualidade
1154 das águas. Para licenciar esses Empreendimentos tem que fazer essa modelagem de água para
1155 saber qual vai ser a qualidade da água do Rio Uberabinha no futuro. Monitoramento da
1156 qualidade das águas nos reservatórios, tudo já está previsto no licenciamento, mas a gente
1157 reforçou com algumas questões que a gente achou importante. O monitoramento do Pato
1158 Mergulhão nessas Bacias que eu falei, Rio Claro, Araguari e Quebra-anzol, tem que ser
1159 monitorado o Pato e se pensar em implantar qualquer PCH dessa tem que ser previsto o
1160 monitoramento. Inclusive, a gente acha que tem que ser proposto uma Unidade de
1161 Conservação para proteção do Pato Mergulhão, no Alto Araguari, nós temos que ter uma
1162 visão; propor uma Unidade ligada ao Parque da Canastra, ter uma Unidade de Conservação
1163 linear preservando a faixa do rio onde teria a ocorrência do Pato, para realmente proteger o
1164 Pato nessa região. Com relação a conservação do solo na Bacia do Quebra anzol, nós temos
1165 que melhorar a qualidade do solo da agricultura para evitar o carreamento de sedimento para o
1166 curso d'água, tem que ter um apoio aos produtores rurais. Ainda com a questão de peixe,
1167 todos os Empreendimentos tem que estudar a questão de transposição de peixes da Bacia e
1168 medidas mitigatórias para a ictiofauna, todos os Empreendimentos tem que propor medidas
1169 nesse sentido. Ainda na fase de licenciamento ambiental a gente tem propostas para melhorar
1170 essa questão das Unidades de Conservação e essas PCH's Fula e Nunes se elas quiserem se
1171 implantar tem que pedir anuência do Parque, elas são eixos disponíveis, não são projetos,
1172 então, futuramente estão na zona de abastecimento do Parque, são duas PCH's que tem que se
1173 criar. A gente acha que a área da Chapada do Bugre tem que ser efetivada em função dos
1174 conflitos que já existem lá, de água e de PCH's que estão previstas naquela Bacia. E a
1175 ocupação socioeconômica também são aqueles programas previstos nos Estudos Ambientais
1176 que tem que ser feitos, como programa de negociação com proprietários, manter um programa



1177 para negociação transparente, diferenciado para cada classe social, matéria de segmento
1178 social, são programas que tem que ser desenvolvidos para essas PCH's. Algumas PCH's, essa
1179 aqui por exemplo, Buritis, Dias, elas estão na área urbana de Uberlândia, elas tem que avaliar
1180 o Plano Diretor do município. A Dias está na área urbana, dentro da cidade e essas aqui estão
1181 à jusantes, mas estão na área de expansão urbana, então, são PCH's que tem que se estudar
1182 com relação ao Plano Diretor. A Dias já existe inclusive. A questão do INCRA afeta os
1183 assentamentos do INCRA, como a Machado, Quebra-anzol e Morro Alto tem que pedir
1184 anuência manifestação do INCRA com relação a essas hidrelétricas e outras questões são com
1185 relação a obras em municípios, se for implantar uma hidrelétrica a obra sempre modifica o
1186 município e com relação a questão de habitação saúde e comunicação social com o município
1187 estão descritos como ações para fase de implantação desses Empreendimentos, todos os
1188 Empreendimentos tem que seguir essas diretrizes, elas estão descritas mais em
1189 socioeconômica, avaliação da estrutura, medidas que podem ser feita para potencializar os
1190 impactos. Os estudos ambientais tem que ser propostas essas diretrizes, avaliar o diagnóstico
1191 cultural, o patrimônio cultural, o impacto sobre ele. Então, são diretrizes gerais para todos
1192 Empreendimentos. Então, essas diretrizes estão todas descritas detalhadamente lá, acho que é
1193 bom cada um ler, se for licenciar o Empreendimento tem que ser observadas essas diretrizes,
1194 no caso da SUPRAM, elas vão servir para subsídios para os processos de licenciamento e
1195 podem servir também para outros projetos de licenciamento na Bacia. A SUPRAM tem a
1196 obrigação de ler essas diretrizes e aplicar no licenciamento ambiental de cada hidrelétrica
1197 dessa. A avaliação ambiental não indica, não viabiliza nenhum Empreendimento, até porque
1198 não é função da Consultoria viabilizar ou inviabilizar, a função é da SUPRAM, no caso o
1199 COPAM, que fez o parecer técnico e cabe ao COPAM aprovar ou inviabilidade. A gente
1200 recomenda nesse estudo, na avaliação ambiental, que não sejam feitas as Hidrelétricas do Rio
1201 Quebra-anzol, elas vão causar um impacto muito forte na bacia e também as Hidrelétricas do
1202 Alto Araguari e do Ribeirão do Inferno, são Hidrelétricas que a gente tem recomendado que
1203 não sejam construídas. Mas esses impactos dessas Hidrelétricas vai ter que ser feito um EIA e
1204 o EIA que avalia se é viável ou não, e a SUPRAM é que julga, não somos nós; nós podemos
1205 recomendar. E essa avaliação a gente acha que deve ser Termo de Referência para o EIA
1206 dessas Hidrelétricas. Isso é uma ferramenta importante para a SUPRAM, para orientar no
1207 licenciamento dessas hidrelétricas na bacia e também para pedir algumas informações
1208 complementares, que já estão em processo de licenciamento, tem a necessidade de
1209 complementações e condicionantes para aprovação dessa Hidrelétricas. Então, não é um
1210 processo de licenciamento, nós estamos indicando diretrizes para o licenciamento, se no caso
1211 vir a ser licenciado um dia. É isso, a avaliação foi aprovada, igual eu falei, pela SEMAD, ela
1212 está disponível, todos os documentos estão disponíveis no site da SEMAD, o documento
1213 completo, é bem extenso. Está disponível nesse site meio ambiente e gestão ambiental
1214 avaliação ambiental integrada da SEMAD. Todo mundo pode baixar, eu acho que é
1215 importante cada um possa ter isso aí. É isso, estamos abertos à discussões e se alguém quiser
1216 dar alguma palavra, é longo, mas o trabalho foi grande mesmo. RICARDO (PRESIDENTE):
1217 Ok, Eduardo, obrigado pela apresentação, tenho certeza que foi importante a todos aqui. Com
1218 isso, eu declaro encerrada a nossa reunião desejando a todos um bom dia e uma boa tarde. O
1219 Gustavo quer fazer o uso da palavra. GUSTAVO MALACCO (ANGÁ): Não há discussão do
1220 processo? RICARDO (PRESIDENTE): Desculpa, eu pensei que era apenas uma
1221 apresentação, que não tinha nenhuma aprovação da avaliação. A gente parte para uma
1222 aprovação da avaliação? Não, pois não, a palavra está aberta para quem quiser fazer o uso.
1223 GUSTAVO MALACCO (ANGÁ): Primeiro, parabéns Eduardo pelo estudo, realmente um
1224 estudo muito complexo, é difícil, mais de 1000 páginas de trabalho você conseguir ler, mas
1225 consegue ler alguns pontos e com apresentação você começa a discutir. Eu vou demorar um



1226 pouco, sabe Eduardo, eu acho que a gente tem que aproveitar. Acho que esse modelo que está
1227 sendo colocado de apresentação é uma sugestão que já fica, não está sendo um modelo bom
1228 para o COPAM, porque a gente fica com essa pauta dividida, perdemos metade da manhã
1229 com processo de licenciamento, aí um estudo de planejamento que vai influenciar os
1230 processos de licenciamento ambiental de Empreendimentos Hidrelétricos a gente fica com
1231 esse tempo às vezes meio corrido, são 20 para meio-dia, acho que a SEMAD ela tem que
1232 passar a estudar um novo modelo, talvez passar um período apenas só para essa apresentação.
1233 Eu até comuniquei um pouco com um Superintendente a respeito disso, falei isso vai ficar
1234 apertado e olha só como está esvaziado o nosso quórum, o momento mais importante boa
1235 parte dos Conselheiros, parece que infelizmente se privilegiam um pouco mais a discussão
1236 dos processos do que a parte de planejamento, mas aí é a visão de cada um. Primeiro, eu
1237 queria discutir com relação ao representante da SEMAD, a Gabriela, esse processo ele acaba
1238 ficando muito centralizado entre SEMAD e Empreendedor, eu digo no Termo de Referência,
1239 como é que fica essa validação dos pontos a serem adotados, dos pontos a serem validados na
1240 metodologia? Tudo bem, ela está amarrada um pouquinho no tema, mas o Empreendedor ele
1241 acaba apresentando uma metodologia com quadros que vão ser utilizados, com critérios,
1242 então, esse é um ponto importante e por fim, já que essa avaliação ambiental integrada já foi
1243 aprovada pela SEMAD, como é que fica essa etapa agora, se Empreendedor e Sociedade Civil
1244 querem apresentar sugestões a uma avaliação já está fechado? Porque ela acaba sendo só
1245 disponibilizada para nós vamos no em que ela já está fechada. Então, a gente está sem um
1246 meio de campo, primeiro no termo de referência para a gente dar sugestões, eu vou colocar
1247 essas questões posteriormente, mas eu já estou abordando para futuros processos, segundo a
1248 questão da validação do que vai ser adotado como metodologia e terceiro, pós o que já está
1249 aprovado, como que a gente consegue inserir algumas análises, detectar alguns problemas que
1250 eu vou contar aqui e algumas sugestões dentro do processo. Então, são três pontos de
1251 destaque. O segundo, esse DN 175, ela perde um pouco o sentido da apresentação aqui,
1252 porque nós não deliberamos mais os Empreendimentos Hidrelétricos, então, isso é para o
1253 Estado mesmo, para o Governo começar a refletir qual é o local mesmo de apresentação dessa
1254 questão. Acho interessante a região ficar sabendo, mas hoje os Empreendimentos
1255 Hidrelétricos são aprovados na Câmara de Vitoria e Energia. Então, lá eu entendo que não
1256 está previsto na 175, porque não existia esse modelo, lá tem que ser apresentado também
1257 todas as avaliações ambientais, porque lá está sendo a Câmara Técnica que discutirá essas
1258 questões e na Câmara de proteção à biodiversidade que trata dos ecossistemas aquáticos,
1259 proteção à fauna e etc. E terceiro é os Comitês de Bacia porque somente os Comitês de Bacia
1260 em Minas Gerais definem as outorgas de grande porte; se elas definem as outorgas de grande
1261 porte, na realidade seria DRH, não seria a outorga porque a outorga depois boa parte é
1262 transformado automaticamente, mas é uma etapa do licenciamento ambiental. Nós temos um
1263 Empreendimento que está inclusive aguardando essa discussão aqui, foi até um certo acordo
1264 com o Ministério Público nessa apresentação, a gente está esperando que essa apresentação vá
1265 para o Comitê do Araguari, mas isso tem que começar a ter um norte, todos os comitês de
1266 bacia que em algum momento vão deliberar sobre a outorga de alguns Empreendimentos e
1267 vão deliberar até que se mude a legislação devem receber também essa apresentação. Então,
1268 são sugestões de melhoria em relação ao processo, eu gostaria, se você quiser responder,
1269 porque em relação a SEMAD é isso que eu vou colocar. GABRIELA (DEPA): Vamos indo
1270 aos poucos mesmo. Então, Gustavo, na verdade todos esses pontos que você levantou a gente
1271 já vem levantando desde 2015, que foi quando a gente começou realmente o processo de
1272 analisar a forma atual da Avaliação Ambiental Integrada de Empreendimento Hidrelétrico,
1273 que é a única que tem aqui em Minas, é regida pela DN COPAM 175. A DN não deixa de ser
1274 uma inovação, porque esse tipo de instrumento, como você muito bem disse, que é um



1275 instrumento de planejamento que tem condição de fazer essa análise de médio e de longo
1276 prazo, ela não deixou de ser uma inovação e poucos estados tem. Então Minas teve esse
1277 avanço, no entanto, ela tem vários questionamentos que a gente vem sofrendo nesses últimos
1278 cinco anos, desde 2012, com a própria expertise de analisar as avaliações, com tudo que a
1279 gente vem desde o momento que a gente começou a avaliar a primeira e estudando também.
1280 Então, de 2015 para cá a gente começou esse processo de revisão, fizemos um *workshop*, nós
1281 trouxemos especialista do Brasil inteiro lá em Belo Horizonte, depois nós fomos também com
1282 processo de própria elaboração daí onde nós fomos adentrando um pouco mais, como foi o
1283 caso da PN2, foi um caso diferenciado, que nem estava previsto mesmo na DN, a gente já
1284 começou esse processo de acompanhar a elaboração do estudo, o que hoje foi uma iniciativa
1285 própria mesmo, nós já fizemos seminários, inclusive, em abril quando a gente veio também
1286 acompanhar apresentação da PN1 a gente fez um seminário aqui com os técnicos da
1287 SUPRAM Triângulo, também fizemos lá com os técnicos da SUPRAM Leste onde tem as
1288 duas AI's. Então, a gente está com bastante subsídios para poder fazer uma proposta para
1289 revisar essa DN e esses subsídios passam exatamente por esses pontos que você mencionou.
1290 Uma delas é exatamente isso, qual o objetivo da gente simplesmente apresentar um estudo
1291 para a sociedade onde ela não teve nem a chance de se manifestar diante dos resultados, sendo
1292 que o estudo é um planejamento que vai afetar toda a ação daquela unidade territorial, que é a
1293 UPGRH, então, uma coisa desse processo de revisão é a gente pensar melhor nessa forma,
1294 não chegar e só apresentar num ambiente que hoje está previsto pela DN que seria na URC,
1295 para levar conhecimento mesmo para a sociedade, mas ter a participação dela nesse processo.
1296 O Termo de Referência que está hoje na DN é um Termo de Referência único para todos os
1297 casos, complexos e também não tem como a gente avançar muita coisa porque está prescrito
1298 daquele jeito lá. Então, muita coisa a gente tem que avaliar e o Empreendedor tem que
1299 apresentar, às vezes coisas desnecessárias, faltando coisas importantes, mas que estão presas
1300 aquele Termo de Referência. O processo de avaliação também a gente segue do jeito que tá
1301 previsto na DN 175 sem ter muita abertura, porque está todo aquele rito lá e uma melhor
1302 forma para a gente poder fazer isso a gente tem discutido nesses últimos dois anos e agora
1303 também tem uns dois, três meses saiu uma resolução conjunta do SISEMA para poder
1304 consolidar essa proposta, para poder ser encaminhada para o COPAM assim que finalizar as
1305 discussões e aprovação da DN 174. Isso já está para o primeiro semestre do ano que vem e
1306 amplamente vai ser inserido em todos esses processos, nesse processo de revisão a gente já
1307 está prevendo a participação ampla dessa Câmara exatamente por esses argumentos que você
1308 colocou de agora ela ser o ambiente para isso. GUSTAVO MALACCO (ANGÁ): Presidente,
1309 eu vou fazer só uma sugestão, convidar o responsável ou os responsáveis pelo estudo, acho
1310 que fica uma prosa mais rápida, se ele quiser responder no momento. GABRIELA (DEPA):
1311 Só uma última coisa também, Gustavo, que eu esqueci. Não está previsto na DN a
1312 apresentação no Comitê de Bacia, mas apesar da gente achar também que deveríamos ir lá.
1313 Afinal de contas a gente não tem diretriz só para o licenciamento, para o estudo, ele tem
1314 diretrizes gerais e a unidade territorial é uma unidade territorial, inclusive, que é regida pelo
1315 comitê. Então, assim nós também estamos abertos para acompanhar esse apresentação, levar
1316 pontos para discussão, inclusive para poder trazer sugestões até para esse processo de revisão.
1317 THIAGO (FIEMG): Boa tarde, primeiro gostaria de parabenizar pelos estudos, a equipe, a
1318 forma de apresentação, a didática, realmente houve um avanço muito grande do que nós
1319 conhecemos aqui da questão do PN1 para o PN2. E eu gostaria de complementar, a minha fala
1320 é no sentido seguinte, o representante do Comitê de Bacia está aqui, mas eu vou falar como
1321 Presidente do Comitê de Bacia do Rio Araguari que estou hoje, nós já conversamos com a
1322 equipe técnica, o Gustavo também já tem ciência e nós vamos trazer já vamos marcar uma
1323 reunião de vocês lá dentro do nosso Comitê de Bacia para que os nossos membros e até quem



1324 estiver interessado, uma reunião pública, amos colocar assim; não posso usar pública porque
1325 se não remete a questão Oficial do Estado, mas aberta ao público e para quem tiver interesse e
1326 para que a gente possa ter essas informações, inclusive, porque nós vamos estar passando por
1327 uma revisão de plano e tem informações que foram esplanadas aqui que eu tenho certeza que
1328 podem nos ajudar e vão ser de grande valia para o nosso comitê. Muito obrigado. RICARDO
1329 (PRESIDENTE): Obrigado, Thiago. Pois não. GUSTAVO MALACCO (ANGÁ): Bom, a
1330 gora é mais relacionada ao estudo, Primeiro, eu gostaria de reforçar que está no diagnóstico o
1331 quanto essa Bacia do Paranaíba e a Bacia do Araguari contribui com a geração de energia no
1332 País e para a região. O responsável pela apresentação falou em 84% em algum momento, mas
1333 acho que os grandes Empreendimentos que eu entendi, mas o que nós temos aqui em Usinas
1334 no Paranaíba tem um potencial de 12000, 7000 já instalados para bacia do Paranaíba e 5200
1335 previsto, talvez 84% é só no Araguari, só para tirar essa dúvida. E aí nós temos uma geração
1336 de apenas 276 que foi apresentado agora nesse momento, em 23 Usinas em 05 rios. É uma
1337 reflexão que a gente tem que começar a discutir também, eu gostaria de falar isso aqui, porque
1338 o Governo tem que começar a tomar posição sobre modelo de desenvolvimento, acho que
1339 essa região já deu uma contribuição, tem tido, o rio Araguari principalmente com 04
1340 Empreendimentos Hidrelétricos e mesmo assim a gente ainda assiste essa pulverização de
1341 Empreendimentos Hidrelétricos em rios que restaram, em rios prioritários, seja para
1342 conservação de ecossistemas aquáticos, seja a qualidade de água seja para disponibilidade
1343 hídrica, os rios estão colocados aqui, Uberabinha, Claro, Quebra-anzol, Araguari e Ribeirão
1344 do Inferno. Então, não é só uma discussão ambiental é uma função política desenvolvimento
1345 também, estando mesa tantas opções de geração de energia, como biomassa, solar, eólica; que
1346 com certeza conseguiria compatibilizar esses 276 megawatts, mas vamos a parte técnica
1347 agora, gostaria de não ter deixado de falar esse ponto. Primeiro ponto à SEMAD é a gente
1348 ficar atento, porque a gente está tendo uma rodada de Planos Diretores de municípios, aqueles
1349 10 anos boa parte dos município fizeram seu papel em 2006, então a gente tem que começar a
1350 se atentar a essa contextualização, porque nós vamos ter rodadas novas e as informações,
1351 aqui, por exemplo, o Plano Diretor de Uberlândia nós vamos colocando algumas questões de
1352 restrição, inclusive, que vão impactar alguns Empreendimentos Hidrelétricos. Acho bom que
1353 isso fique atento um pouquinho as próximas avaliações, para saber como que anda as questões
1354 internas dos Planos Diretores dos municípios. Eu vou tentar ser um pouco rápido, alguns
1355 pontos vou tentar explorar dentro do comitê; uma dúvida, eu não estava aqui na apresentação
1356 da PN1, mas foi trabalhado uma escala para rotas migratórias de 180 km, eu imagino que esse
1357 foi o estudo do Professor Agostinho, que fez acho que na Bacia ali de Porto Primavera. A
1358 gente até esteve com Professor Agostinho a umas duas semanas atrás e eu o questionei a
1359 respeito disso, ele falou, lá a gente definiu essa quilometragem, essa distância porque lá nós
1360 tínhamos os sítios reprodutivos inventariados. Então, é um erro estratégico a gente passar uma
1361 régua dizer que é 180 quilômetros e desconsiderar que esse estudo, boa parte dele foi feito
1362 com dados secundários e não foi apresentado aqui os sítios reprodutivos, sítios de desova,
1363 áreas importantes. Então, acho que tem que tomar um pouco de cuidado quando você passa
1364 uma régua e fala assim, acima disso é o que deve ser colocado para essa Bacia. É óbvio que o
1365 estudo traz recomendações, que os estudos têm que ser mais detalhados no processo de
1366 licenciamento ambiental, mas é um erro metodológico, porque ele não encontra na literatura,
1367 esse que é um problema grave, ele não destaca que o estudo do Agostinho deixou bem claro
1368 que fez o levantamento dos sítios reprodutivos, então, por isso que o Agostinho conseguiu
1369 determinar essa quilometragem. Então é importante que isso seja colocado, que cada bacia,
1370 cada sub-bacia pode ter uma forma diferente, vamos dizer assim, um aspecto diferente em
1371 relação essas a essas rotas migratórias. Pode ser mais, pode ser menos, eu não estava aqui na
1372 apresentação da PN1, mas isso foi colocado com muita ênfase aos Empreendimentos no Alto



1373 Paranaíba, acima de 180 km está tudo ok, nós temos 180 km de rio, então, beleza, esses outros
1374 Empreendimentos não vão impactar porque acima tem mais de 180 km. Não lembro se foi
1375 essa distância lá no Alto Paranaíba, mas só queria citar isso aqui é importante para frisar.
1376 Bom, os outros pontos, parabenizar essa questão que o estudo aponta, muito firme a questão
1377 da importância da manutenção de trechos lóticos, livre de barramentos na bacia do Araguari,
1378 isso com dados técnicos, mesmo essa régua que eles passarão, mas pelo menos para os rios de
1379 maior importância, meio conseguiu atingir o objetivo do Rio Quebra-anzol e para a parte alta
1380 do Rio Araguari. Agora, nós temos o problema dos rios médios, Claro, Uberabinha e outros
1381 Rios no futuro que podem ser também alvo de planejamento de Empreendimentos
1382 Hidrelétricos. Aí realmente vai ter necessidade esses estudos mais detalhados para a gente
1383 entender a dinâmica dessas rotas migratórias nesse processo. Então, eu ressalto isso aqui, que
1384 eles deixaram bem claro que um trecho lótico remanescente importante no rio Araguari a
1385 montante da PCH Cachoeira dos Macacos, esse é um ponto importante e o outro trecho, os
1386 Rios Quebra-anzol e Misericórdia a montante da UHE Nova Ponte, está bem destacado no
1387 estudo. E eles até concluem depois que outros afluentes do Rio Araguari, aqui na íntegra que
1388 eu estou dizendo, e Quebra-anzol de menor porte também são considerados possíveis rotas
1389 migratórias de curtas e médias distantes, com trechos lóticos remanescentes variando de 40 a
1390 50 km, destacando entre os Rios Claro e Uberabinha. Então, eu fiz até esse questionamento ao
1391 longo que eu ia lendo o trabalho, quais seriam os trechos que deveriam ficar livre de
1392 barramentos. O bom que o estudo apontou. Os grandes trechos, Araguari, o Alto Araguari e o
1393 Rio Quebra-anzol, perfeito. Agora, nós temos esse questionamento para os médios, quais são
1394 os trechos médios que o estudo apontaria de importância para preservação da ictiofauna,
1395 talvez pela falta de estudo a gente não conseguiu essa resposta, mas, por exemplo, no Rio
1396 Claro eles citam que na parte baixa, na Foz do Rio Claro tem um estudo que mostra que tem
1397 12 espécies migratórias nesse trecho, está aqui no estudo destacado. Um outro
1398 questionamento, Cachoeiras realmente são obstáculos? Barreiras? Esse estudo coloca de uma
1399 forma muito enfática, são, são, são, são. Eu tive também o cuidado conversar com Professor
1400 Agostinho, com o Dr. Raoni a respeito disso e eles não foram categóricos, Cachoeiras são
1401 obstáculos, podem ser. Em épocas de enchentes e índices de pluviosidade muito altos, em
1402 alguns momentos os peixes podem transportar, estou falando desses dois especialistas, tenho
1403 certeza que num outro debate eles vão confirmar. Esse negócio que são, é complicado, acho
1404 que precisa citar um pouco mais da literatura total que existe hoje e aí vão ser os estudos de
1405 longo prazo que vão dizer se são ou se não são. Então, um estudo de 01 ano realizado
1406 provavelmente numa época e são épocas que nós estamos pegando de pouca pluviosidade,
1407 talvez a gente não consiga apurar nessa escala, e se daqui 10 anos essa situação mudar? Então,
1408 eu gostaria deixar registrado isso. O outro falto muito bem detectado pelo estudo do Pato
1409 Mergulhão, a equipe técnica que desenvolveu o trabalho tem muita expertise, é um impacto
1410 sobre a população, se todos os Empreendimentos Hidrelétricos na Bacia do Araguari, na
1411 Calha do Rio Araguari, no Ribeirão do Inferno, forem implementados nós vamos perder 17%
1412 da população mundial estimada em menos de 250 indivíduos. Bom, vamos lá; um outro ponto
1413 é que no Pato mergulhão, fica bem claro uma recomendação aqui, a principal recomendação é
1414 que os trechos de rios ocupados pela espécie sejam totalmente preservados, nesse sentido não
1415 se deve estabelecer qualquer Empreendimento que cause impacto sobre o hábito da espécie
1416 inviabilizando a sua permanência. Mais à frente eu vou voltar nesse ponto aqui, porque há
1417 textos divergentes, aqui se fala que recomenda-se não se instalar e mais à frente se exclui um
1418 trecho onde tem território de Patos, mas eu vou deixar um pouco mais à frente para
1419 contextualizar. Fauna aquática, foi colocada a questão do Pato Mergulhão e dos peixes como
1420 os parâmetros a serem analisados. Eu queria questionar por quê que outros elementos no
1421 mesmo porte de ameaça do Pato Mergulhão no Estado, como Andorinha de Coleira



1422 (*Pygochelidon melanoleuca*) que tem registro para a Bacia não foram destacados nesse
1423 estudo? É uma falha metodológica, se abriu-se para o Pato Mergulhão outras espécies
1424 dependentes exclusivamente de ambientes aquáticos, não estou colocando a questão terrestre,
1425 essa espécie é uma espécie de ave aquática, não é uma espécie de ave terrestre, criticamente
1426 ameaçado no Estado de Minas Gerais, com registro no Rio Araguari e não foi colocado como
1427 um dado a ser analisado nas matrizes. Potencial turístico, houve um destaque para atividades
1428 ligadas à recursos hídricos, foi dado um fôco muito grande, boa parte do estudo aos
1429 reservatórios para utilização do Turismo, isso foi colocado de uma forma bem clara e
1430 secundariamente falado um pouquinho da Canastra, da importância da Canastra, suas
1431 cachoeiras e de uma forma muito superficial em alguns pontos que as quedas do Rio Claro
1432 servem para esportes radicais, passeios, etc. Tudo bem, está contextualizado, mas não foi
1433 utilizado como critério, quais são os trechos identificados, trechos lóticos para lazer e turismo
1434 dentro da Bacia do Araguari? Existem trabalhos científicos, existem empresas que fazem esse
1435 trabalho e esse não foi um dos critérios analisados. Eu vou colocar exclusivamente o caso do
1436 Rio Claro; o Rio Claro é notório a utilização do ecoturismo e por quê que isso não foi um
1437 critério dentro daqueles critérios socioeconômicos da perda avaliado nesse estudo? Esse é um
1438 ponto que tem que ser colocado e a projeção de uso futuro, da mesma forma que é colocado
1439 num cenário de médio e longo prazo para os Empreendimentos, há trechos também, nós
1440 temos aqui um Brotas, o Rio Claro é uma Brotas, ainda pouco explorado, então, isso ainda
1441 não foi contextualizado nesse estudo, só de forma superficial, não como critério. Os critérios
1442 utilizados na Avaliação Ambiental Distribuída e etc, eu só vou passar alguns pontos
1443 rapidamente, acho interessante juntar nos indicadores de sensibilidade, os ISA's, recursos
1444 hídricos e ecossistemas aquáticos, mas fica uma coisa estranha, porque você fala
1445 disponibilidade e qualidade juntos, é o mesmo tempo com os ecossistemas aquáticos. Eu
1446 entendo, que você falou Eduardo, que a gente tem que separar, na hora da avaliação você vai
1447 pegar cada mapa, mas talvez seja falar só de sistemas aquáticos e falar só sobre
1448 disponibilidade hídrica, porque podem dar resultados muito diferentes, então é um ponto a se
1449 pensar na qualidade desses mapas. Já falei em relação à questão do Pato Mergulhão que é um
1450 dos índices de sensibilidade, em relação a outras espécies como Andorinha de Coleira que não
1451 foi avaliada, no critério de sensibilidade da questão da biota aquática aí você utiliza trechos de
1452 cursos águas lógicas remanescência em relação as rotas migratórias e áreas de ocorrência de
1453 endemismo. Talvez as espécies ameaçadas extinção entraram tudo nas rotas migratórias.
1454 Talvez, mas se não, talvez deveria entrar junto com os endemismos, é só um detalhe.
1455 Socioeconomia, um outro ISA, sensibilidade relacionado ao comprometimento do uso do solo
1456 e dos recursos naturais. Aqui eu acho que está ligado a mineração, a irrigação, a vários usos
1457 na Bacia, mas igual eu falei, o lazer, alguns trechos de rios como o Rio Claro, por exemplo, o
1458 Rio Uberabinha também, tem o seu comprometimento pela instalação de Empreendimentos;
1459 seu comprometimento econômico pela implantação desses Empreendimentos Hidrelétricos
1460 nessas Bacias, que vai tirar outras atividades econômicas já desenvolvidas nesses locais e eu
1461 estou falando exclusivamente do lazer e do ecoturismo. Em relação aos efeitos econômicos
1462 positivos dos reservatórios talvez é só entender melhor um pouco a questão, a UHE's a gente
1463 entende perfeitamente como elas dinamizam a economia Municipal nos Municípios,
1464 principalmente pelos *royalties*, eu não sei que escala vocês trataram isso, como eu disse, o
1465 documento é muito denso, PCH não gera *royalties*, PCH dinamiza a economia por um breve
1466 período de tempo na construção, geralmente é uma construção que fica ali de 01 ano e meio a
1467 02 anos, máximo 02 anos e meio; então é uma dinamização muito pequena e a geração de
1468 empregos depois e de geração de impostos também é muito pequena posteriormente a fase de
1469 instalação. Não temos UHE's projetadas médio-longo prazo, temos PCH's. Entendo que essa
1470 análise deve ter sido na situação atual e contextualizou às UHE's que tem sim uma



1471 importância principalmente por causa dos *royalties* gerados aos municípios, mas nós temos
1472 que entender que as PCH's tem uma outra dinâmica em relação a geração de empregos
1473 dependendo da fase e dependendo depois após fase em relação a geração de impostos e
1474 empregos. Acho que aqui são já os impactos que vocês colocaram na composição da
1475 intensidade dos impactos socioambientais, eu vi que tem uma escala em relação a fio d'água e
1476 regularização, é óbvio que um Empreendimento com regularização, boa parte deles tem
1477 reservatórios maiores, os impactos são maiores, mas para os impactos as comunidades
1478 aquáticas sendo de regularização ou sendo de fio d'água é o mesmo impacto, porque existe
1479 regularização; há uma insistência por alguns setores em dizer que fio d'água não acumula, a
1480 gente ouviu isso nos Conselhos, em alguns espaços, a acumulação ela pode não ser durante
1481 meses, mas na melhor das hipóteses a acumulação é diária pelo menos, então ocorre
1482 acumulação. Então, tem que tomar um cuidado também em taxar que Empreendimentos
1483 Hidrelétricos a fio d'água, eu estou falando para comunidades aquáticas porque no momento
1484 você tem alguma regularização em consequência o trecho a jusante você vai ter alteração
1485 hidrológica, porque você vai ter que fazer a acumulação durante o dia e depois liberar no
1486 período de ponta que o pessoal falava às 06, 07 horas, você libera essa água para geração de
1487 energia. Então, você tem sim uma alteração do regime hidrológico a jusante, então, não faz
1488 diferença do ponto de vista as comunidades aquáticas. Então, tem que tomar cuidado aonde se
1489 aplica porque às vezes passa uma régua e fala assim, fio d'água é 02 e Empreendimentos com
1490 regularização é 05, depende o aspecto a ser analisado. Eu acho que eu já falei um pouquinho
1491 sobre a questão esse limite de 180 km, então é importante talvez não taxar esse negócio de
1492 interferência em um trecho do rio com rota migratória de aves, trechos assim de 10 a 40 Km,
1493 40 a 80, mais ou menos assim, 80 a 120, acima de tanto. Como eu disse, você não tem estudos
1494 primários que identifique essas áreas reprodutivas nas Bacias ou áreas de complemento de
1495 desenvolvimento reprodutivo das espécies, é difícil categorizar e passar uma régua em relação
1496 a quilometragem, então, é um ponto que eu gostaria de destacar, porque acaba ficando uma
1497 régua para tudo, mas cada Bacia tem a sua particularidade, mas o Eduardo já falou que os
1498 ZE's vão ter que trabalhar melhor essa questão posteriormente, mas é um critério que foi
1499 utilizado. Composição dos impactos socioambientais, só reforçando a questão do lazer e do
1500 turismo, se foi colocado isso, o impacto para os trechos lóticos para o lazer e o turismo.
1501 Mergulhão a mesma coisa, interferência como trecho de rio com sensibilidade ao Pato
1502 Mergulhão, outras espécies, como eu já falei da Andorinha de Coleira. Uberabinha você já
1503 falou bem, foi bom essa fala sua em relação ao Uberabinha, a respeito da a quantidade
1504 Empreendimentos Hidrelétricos que se forem implementadas no Uberabinha hoje
1505 comprometerá a qualidade de água, quer dizer, essa é uma decisão também do Município, mas
1506 é interessante esse resultado, que é o que a gente já vem falando um pouquinho nos
1507 Conselhos, mas os peixes no Rio Uberabinha, eu gostaria de falar um pouquinho, porque a
1508 gente fez um estudo, infelizmente foi quando vocês estavam terminando isso aqui, a gente
1509 estava terminando também, a gente não conseguiu disponibilizar os dados e aí já fica como
1510 uma sugestão a SEMAD, que a gente quer encaminhar, que tem uma sugestão lá aos estudos,
1511 aos EIA's que devem ser realizados, foi muito bem destacado pessoalmente o Araguari, o
1512 Quebra-anzol e o Rio Claro, mas gostaria de incluir aqui o Uberabinha também, por que eu
1513 estou dizendo Uberabinha? Os nossos dados deixaram claro a importância que você tem o
1514 Ribeirão das Pedras e o trecho final lótico a jusante da PCH Malagone, tem um trecho que
1515 tem uma Hidrelétrica prevista, um trecho importante para a conservação de peixes, um trecho
1516 importante também para essa questão de qualidade de água e talvez até para um aspecto de
1517 lazer e turismo, que não foi contextualizado como sugestão e como uma área, talvez na escala
1518 mais micro quando a gente conseguir aproximar esteja lá, de média ou de alta importância,
1519 mas os nossos estudos indicaram claramente, estudos técnicos financiados pelo Governo do



1520 Estado de Minas Gerais, inclusive, pela Secretaria de Desenvolvimento Social, nós já
1521 protocolados esses estudos aqui na SUPRAM para subsidiar as análises de licenciamento
1522 ambiental, mas demonstra claramente a importância desse trecho. O Claro eu não vou entrar,
1523 eu já falei muito sobre Rio Claro aqui, sobre a ictiofauna, essa sugestão até atende bem, que o
1524 Empreendedor deve realizar um estudo minucioso em relação a ictiofauna do Rio Claro, não
1525 só aos peixes, mas a questão do Turismo, isso tem que estar bem contextualizado a questão da
1526 valoração do impacto desses Empreendimentos Hidrelétricos nas atividades econômicas
1527 utilizadas hoje atualmente, rapel e outras aí, tem um colega que talvez faça uma fala a
1528 respeito, ele trabalha economicamente nessa região pela Plenário e na projeção futura, quanto
1529 que se perde no futuro em relação à seção de trechos desse Rio. Já estou finalizando gente, é
1530 porque mil páginas de documento não é fácil sintetizar em 15, 20 minutos. Claro e
1531 Uberabinha, ok. Conflitos, tem uma frase, eu só queria entender ela: *“em relação a geração
1532 de energia elétrica não representa portanto uma restrição quanto à disponibilidade hídrica
1533 afetando mais diretamente a biota aquática por criar”* e etc”. Depois vem um outro
1534 parágrafo: *“ressalta-se que mesmo considerando os benefícios anteriormente relacionados a
1535 formação das hidrelétricas”*, isso é questão socioeconômica, de geração de empregos, *“a
1536 implantação de novos Empreendimentos poderá acarretar o acirramento dos conflitos de uso
1537 de água”*. É isso que eu não entendi, um parágrafo você fala que a Energia elétrica não
1538 representa uma restrição para disponibilidade, mas depois o próprio estudo fala que pode
1539 acirrar o conflito. Nós temos casos emblemáticos como Batalha, o Comitê o Paranaíba, por
1540 exemplo, priorizou o uso para irrigação por conta desse conflito entre geração de energia e
1541 irrigação; o Comitê do PN3 uma das bases para definir uma área de proteção de recursos
1542 hídricos e toda a discussão quando a gente inviabilizou duas DRDH dentro do Comitê, depois
1543 o Conselho Estadual, infelizmente passou por cima do Comitê um dos (...) utilizados foi o
1544 acirramento do conflito de uso da água entre irrigação e Empreendimentos Hidrelétricos. E no
1545 Claro também nós temos um Mestrado realizado recentemente, não se está publicado, que
1546 deixa claro também que a implementação de alguns Empreendimentos Hidrelétricos com a
1547 questão da captação de água no CODAU com a questão de novas irrigações, a entrada de
1548 PCH's acirra o conflito e alguém vai ficar sem água, se vai ser a irrigação, o abastecimento
1549 não porque tem prioridade, mas há uma disputa clara entre Empreendimentos Hidrelétricos e
1550 irrigação. Então, só contextualizar isso. E os conflitos com lazer e turismo que não foram
1551 colocados aqui nessa sessão de conflitos. Há um conflito, Empreendimento Hidrelétrico
1552 conflituava com locais onde você já tem práticas que utilizam trechos lóticos, não foi
1553 contextualizado nesse texto. Finalmente, eu já citei a questão, é um dado muito importante do
1554 estudo, parabenizar o trabalho técnico que foi desenvolvido, que eles destacam que o Rio
1555 Quebra-anzol e seus principais afluentes como Misericórdia, Jordão novamente e o Rio
1556 Araguari a montante da PCH Cachoeira dos Macacos são dois trechos lóticos que suportam
1557 migração de longa distância, aí depois eles falam novamente na conclusão sobre a
1558 importância da manutenção de trechos lóticos livres de barramentos, importante
1559 direcionamento aos órgãos ambientais e no final ele recomenda que não sejam implementados
1560 Empreendimentos Hidrelétricos ou barramentos num trecho do Rio Quebra-anzol a montante
1561 o reservatório do UHE Nova Ponte visando a preservação da ictiofauna, que vai de encontro
1562 ao nosso Plano Diretor do Araguari, perfeito, já demonstrou claramente isso. Agora, o meu
1563 condicionamento é o Rio Araguari, se o Rio Araguari é um trecho importante para os peixes,
1564 foi colocado em várias instâncias para o Pato Mergulhão, eu queria questionar a Empresa que
1565 fez o estudo se a empresa não entende também que esse Rio tem que ter restrição para a
1566 implementação de Empreendimentos Hidrelétricos, que lá no início o pessoal do Pato
1567 Mergulhão recomendou isso, a equipe técnica. Só que depois na conclusão olha vem do Pato
1568 Mergulhão: *“Nesse contexto recomenda-se que não sejam implementados Hidrelétricos ou*



1569 *barramentos no trecho compreendido entre a Nascente do Rio Araguari e sua confluência*
1570 *com o Ribeirão do Inferno, bem como toda a Bacia do Ribeirão do Inferno”. Como que fica*
1571 *então o trecho entre Ribeirão do Inferno e até PCH Macacos? Se fala que é importante para os*
1572 *peixes, se destaca a importância para o Pato Mergulhão, aí o Pato Mergulhão fala aqui no*
1573 *início não deve ter Empreendimentos no início e conclui que se recomenda só um trecho. Pelo*
1574 *que entendi acho que tem 03 ou 04 Empreendimentos nesse trecho, então, realmente nós*
1575 *precisamos ver, se o estudo destaca tantos pontos e na hora de concluir ele não conclui para os*
1576 *peixes, ele fala que é importante, mas ele não traz uma recomendação tão incisiva como o*
1577 *Quebra-anzol e o Pato Mergulhão fala uma coisa no início do texto e depois da conclusão fala*
1578 *que esse trecho não é citado. Então, realmente tudo bem, eu imagino que isso vai para o EIA,*
1579 *não sei se os EIA’s vão ser individualizados, mas nós vamos ter que ter uma nova análise*
1580 *desses impactos pelo menos nos EIA’s para que a gente trabalhe e realmente saber se esses*
1581 *territórios identificado do Pato Mergulhão e esse trecho lótico para peixes especialmente*
1582 *nesse trecho em Araguari são importantes ou não para a conservação, é um ponto importante.*
1583 *Final, as recomendações colocadas para o Rio Claro e Uberabinha eu já destaquei de uma*
1584 *forma substancial. É isso gente, desculpa, mas tinha que falar um pouquinho, no Araguari a*
1585 *gente fala com mais tempo também. THIAGO (FIEMG): Eu gostaria de deixar a minha fala,*
1586 *meus prezados, infelizmente pelo adiantar da hora, eu tenho uma audiência e não consigo ser*
1587 *substituído. Pelo entendimento da fala do Conselheiro Gustavo, realmente repete-se aí a*
1588 *apuração melhor e até um filtro melhor do que está sendo trazido, mas eu gostaria de estar*
1589 *carente importância do seguinte. A gestão de recursos hídricos, ela passa por um ciclo, ela*
1590 *tem que ser melhorada, ela tem que ser revisada, nós estamos nesse caminho, o entendimento*
1591 *é esse, os apontamentos são claros, realmente existem algumas necessidades, mas o caminho*
1592 *é esse, o entendimento, o trabalho feito ele é muito bom, a complementação que tem que ser*
1593 *feita imagino também que hora nenhuma foi desqualificada, mas nós temos que trazer essa*
1594 *evolução, até porque isso traz segurança jurídica para os Empreendedores, que acredito que*
1595 *tem alguns aqui, isso traz segurança jurídica para o técnico, traz menos de judicialização das*
1596 *questões ambientais e para nós do setor produtivo isso é um bom resultado no final lá na*
1597 *ponta. A gente sempre tem constado nos espaços públicos e nos Conselhos e no momento de*
1598 *ser discutido isso que realmente as restrições elas têm que ser analisadas com maior cuidado,*
1599 *com estudos mais bem elaborados para que a gente possa entender se a restrição vai ser feita*
1600 *apenas para um setor ou para os demais usos múltiplos, respeitadas as prioridades. O que o*
1601 *Conselheiro colocou aqui é verdade, nós temos na Legislação a prioridade no abastecimento e*
1602 *conservação, então isso tem que ser feito de forma bem séria, de uma forma que se esgota e as*
1603 *referências e que isso possa ser compartilhado para que nós possamos ter os demais entes, as*
1604 *demais partes interessadas contribuindo. Essa é a fala que nós temos que deixar aqui hoje.*
1605 *GABRIELA (DEPA): Eu também tenho que sair agora se não eu perco o voo, mas eu queria*
1606 *também agradecer as contribuições, Gustavo, assim do jeito que o processo atual está a gente*
1607 *não consegue ter exatamente essa discussão ampla e boa trazendo considerações efetivas para*
1608 *o estudo ao longo da elaboração. A nossa ideia é que agora nesse processo de revisão a gente*
1609 *consiga ter que todos possam ter acesso e discutir o estudo ao longo dele, mesmo que ele seja*
1610 *elaborado por uma consultoria, mesmo que ele seja pago pelo Empreendedor, mas que a gente*
1611 *possa estar pertinho, porque essas diretrizes todas que vão impactar na Gestão, na*
1612 *regularização e no planejamento da unidade territorial. De toda forma, mesmo o estudo já*
1613 *sendo aprovados e está aí para subsidiar a regularização, o Comitê, enfim, essas considerações*
1614 *suas eu acho que a Consultoria vai levar em conta, a gente também vai estudar, vamos*
1615 *conversar com o pessoal da SUPRAM que é quem vai aplicar, a gente pode discutir isso*
1616 *também no Comitê de Bacia e talvez sair com mais uma nova recomendação, como um*
1617 *documento para complementar. Eu acho que a gente por enquanto, como não está previsto na*



1618 DN a gente pode tentar algum caminho assim, porque essa discussão é muito rica e a gente
1619 não teve como fazer antes. No mais, eu queria colocar Diretoria à disposição para qualquer
1620 outro esclarecimento, principalmente de quem for usar efetivamente o estudo e também para
1621 considerações para revisão, vai ter esse momento dentro do COPAM, mas nós estamos
1622 abertos a qualquer sugestão, consideração, esclarecimentos. Obrigada. RICARDO
1623 (PRESIDENTE): Pois não, já até pedindo desculpa ao Gustavo pelo atropelo aqui naquela
1624 situação de encerramento, abrir a palavra a Consultoria, ao senhor. Pois não, pode fazer uso
1625 da palavra. Peço para identificar, por favor. JOÃO: Com licença, está preparado um slide, eu
1626 peço para ser colocado, por gentileza. Eu posso tomara essa lateral aqui. RICARDO
1627 (PRESIDENTE): Você vai fazer uso do vídeo? Eu estou sem o livro das inscrições aqui,
1628 Gustavo. JOÃO: Boa tarde, eu prometo ser bem breve. Eu sou o João, recentemente eu
1629 terminei uma pós-graduação na UFU, eu sou Bacharel em Turismo pela Universidade
1630 Estadual Paulista Campus de Rosana Pontal do Paranapanema e me especializei na área de
1631 turismo de aventura e ecoturismo. Recentemente terminei o Mestrado na Geografia, da qual
1632 eu desenvolvi esse trabalho em paisagem, recursos hídricos de Uberlândia, as
1633 impossibilidades da canoagem em Águas Brancas, no Rio das Pedras, é o que vocês chamam
1634 de trecho lótico, essa parte encachoeirada, que nós chamamos da canoagem de Águas
1635 Brancas. Aqui é uma breve passagem sobre a transformação da paisagem desses rios
1636 encachoeirados aqui na nossa região, ela vai afetar a prática da canoagem porque a
1637 conservação natural da dinâmica hídrica toda Bacia, ela se torna indispensável na formação
1638 desses trechos, espaços necessários para nossa prática. Nas últimas décadas como está sendo
1639 bem falado, esses ambientes sofreram severas transformações na nossa região, principalmente
1640 Uberlândia e o estudo privilegiou a Bacia do Araguari, como está sendo falado. Aqui é a
1641 nossa área de estudo, o município de Uberlândia, aqui é a Bacia do Rio Araguari, então, os 04
1642 Rios que nós trabalhamos, o trecho do Uberabinha, o trecho do Rio das Pedras, o Rio
1643 Araguari e o Rio Claro; o Rio das Pedras é o principal, mas os outros 03 Rios compõem o
1644 estudo, eles servem de amostra porque é uma área ampliada do que que o uso da terra e
1645 também da bacia para produção artificial, como que ela interage com a nossa questão, porque
1646 uma vez esses 03 rios sendo influenciados ao longo dos anos ele vai servir de amostra para o
1647 Rio principal que é o Rio das Pedras. Então, as Usinas Hidrelétricas, estação de tratamento da
1648 água são os dois tipos de barramentos d'água consolidados encontra as áreas de estudo que
1649 vão desprivilegiar a nossa atividade, seja pela vazão artificial ou pelo barramento a montante
1650 que encobre o rio e os trechos lóticos. No Rio Araguari a gente tem 04 que já foi bem falado,
1651 no Rio Uberabinha a mais antiga, da época da Sucupira nos anos 70 e aqui demonstrado com
1652 os pontos coloridos aonde que estão essas Bacias. Livres de barramentos ainda nós temos o
1653 Rio Claro e o Rio das Pedras do estudo. Aqui é mostrando para vocês o que que é a
1654 transformação dessa paisagem, um trecho lótico natural abaixo da Usina de Miranda isso em
1655 98 e depois com o remanso consolidado, é o que nós chamamos de água parada eterna, não
1656 gera vida no nosso modo de entendimento e principalmente pela nossa atividade, é um
1657 remanso eterno que o estudo denomina. Então, o surgimento da canoagem aqui em
1658 Uberlândia ele vem dos anos 90 e ele era praticado nesses três rios que eu disse que serve de
1659 amostra ampliada, Uberabinha, Araguari e Claro, são trechos fluviais utilizados perto da área
1660 do município, eram quatro as frentes que desde os anos 90 são desenvolvidos na canoagem,
1661 esporte, a participação de atletas uberlandenses em campeonatos diversos pelo país, a
1662 realização de competições locais aqui também, teve um treinamento da Seleção Nacional de
1663 Canoagem na cidade com essas praças de esportes. Por ensino, a gente teve uma escolinha de
1664 canoagem, produção na prática, pelo *rafting*, a questão comercial do Turismo e ainda a gente
1665 teve a quarta frente que são grupos de pessoas pela simples prática do lazer com 04 desde os
1666 anos 90. Então, nós estamos consolidados como uma comunidade ativa nesses Rios há quase



1667 três décadas. Então, aqui, por exemplo, o primeiro (...) de canoagem quanto ano Caça e
1668 Pesca, para quem conhece o trecho lótico ao fundo do Caça e Pesca pode ver ele na imagem a
1669 pista de *slalon* montada para o evento, com a pista ao fundo, o terceiro lugar mais à direita é o
1670 atleta João Kennedy que é um representante da canoagem uberlandense, ele foi campeão
1671 mineiro em 95, somadas todas as etapas foi campeão brasileiro em 2000, então é um forte
1672 representante nosso, já se aposentou. Aqui a escolinha de canoagem que existiu no Rio
1673 Uberabinha, isso lá nas alturas do Caça e Pesca, e também que o professor era esse mesmo
1674 atleta John Kennedy. Aqui o *rafting* comercial que aconteceu no Rio Araguari. Quero chamar
1675 atenção ali para aquela frase: “*Conheça as belezas que nós temos aqui e conheça também as*
1676 *corredeiras do Rio Araguari antes que elas acabem*”. Então, é um prenúncio de morte,
1677 porque a pessoa que se tende a essa atividade ela já entra com medo de se tornar praticante,
1678 porque há um prenúncio de morte dos rios para uma nova geração artificial. É uma
1679 comunidade que está sendo dizimada e nós não fomos ouvido e até então não há registro
1680 disso. Ali é a região do Funil, Capim Branco I, mais embaixo aqui vocês podem ver os
1681 integrantes da Seleção Nacional, essa é a Tina di Marco, esse é o Dênis Teresani, são dois
1682 atletas dos anos 90 que tiveram bastante influência na canoagem nacional; esse daqui é um
1683 instrutor francês que esteve aqui para fazer esse treinamento, eles estiveram aqui em 2000
1684 porque o John Kennedy foi campeão brasileiro nesse ano e eles queriam descobrir onde que
1685 um atleta conseguia um alto índice de desempenho esportivo, que rio que ele treinava, então
1686 vieram para cá, naquela época ainda tinha o Rio Araguari, nas ondas que formavam no
1687 Araguari, a nossa Comunidade que era bem representativa, essas ondas são perto do Recanto
1688 do Sossego, que hoje tá impactado pelo represamento de Capim Branco I e nós chegamos
1689 aqui na parte que eu quero destacar, que é a nossa preocupação com o Rio Claro, que ele está
1690 sendo alvo de Empreendimentos, suposto Empreendimento, a gente mapeou os trechos
1691 historicamente usados pelos canoístas, pelos praticantes em Uberlândia, esse é o contexto do
1692 Uberabinha, começa na Cachoeira do Sucupira e vem até a ponte do Caça e Pesca, então é um
1693 trecho lótico que têm barragem prevista e me parece de tamanha insensibilidade um trecho
1694 que vai atingir área em que há conflitos enormes, seja em várias instâncias. Aqui, o trecho do
1695 Araguari que nós fomos jogados para parte baixa do Araguari e finalmente o Claro que é pós
1696 a 452 depois da Fumaça, nós usamos esse texto do Rio Claro desde os anos 90, mesmo com
1697 trecho encachoeirado. Eu quero destacar aqui que foi dito que há possibilidade de registro de
1698 Pato Mergulhão no Rio Uberabinha, eu quero afirmar de forma categórica, não sou biólogo,
1699 não sou especialista da área, infelizmente não pude fazer registro no dia, mas devido o meu
1700 conhecimento empírico eu conheço cada palmo de todos esses rios, canoísta ele conhece de
1701 fato o que os demais pescadores não tem acesso; eu já vi Pato Mergulhão no Rio Claro, eu
1702 tenho ampla ciência disso e também no trecho da cruz branca que a gente fala no Rio
1703 Uberabinha, que ele tem visibilidade da água de 03, 04 metros, se eu mergulhar eu visualizo
1704 03, 04 metros à frente, eu já vi Pato Mergulhão Uberabinha também. Infelizmente estava com
1705 Go pro, vou tratar de fazer esse registro nos próximos encontros. Aqui é um trecho do Rio
1706 Claro que a gente navega, eu trouxe algumas imagens aqui acima da Cachoeira da Fumaça.
1707 Então, a nossa pesquisa fez as saídas a campo de forma bem ativo, é um rio bastante
1708 encachoeirado, em alguns momentos a gente tem que fazer escalaminhada, a gente dropa
1709 essas cachoeiras de 04, 05 metros, então, a gente está falando aqui de um alto potencial para
1710 desenvolvimento do esporte, para o desenvolvimento do turismo de aventura, do ecoturismo e
1711 também do lazer. Uberlândia era para ser polo da canoagem mundial, nós tínhamos aqui o rio
1712 com uma das melhores formações de águas brancas, trechos lóticos no Brasil e do mundo. O
1713 Rio Claro que ele foi guinado no nosso modo de enxergar, uma pesquisa rápida no “*google*” a
1714 gente pode achar muitos registros canoagem no Rio Claro e eu encerro aqui: “*Rios Livres já,*
1715 *por favor*”. RICARDO (PRESIDENTE): Acho que o microfone acho que o microfone não



1716 está funcionando. Pois não. ANDERSON (ABRAGEL): Pelo adiantado da hora, todos estão
1717 aqui ouvindo a discussão colocada pelo Conselheiro, o nosso colega da FIEMG já se foi,
1718 ouvindo também o que disse o nosso colega da canoagem; entretanto, nós entendeu sim, eu
1719 vislumbro que é importante o ecoturismo, é importante a prática esportiva, mas também é
1720 necessário que esses estudos e as implantações da energia que isso também desenvolve a as
1721 áreas e vai desenvolver as comunidades, desenvolver os municípios e eu acho que isso tem
1722 que ser equacionado de uma maneira que a sustentabilidade, que a parte ambiental, a
1723 legislação seja atendida e que o desenvolvimento seja proporcionado também aos municípios
1724 e aos locais onde vão existir essas futura, são expectativas de PCH's que serão implantada.
1725 Esse equacionamento que eu enxergo que aquilo que nós estamos aqui buscando, tanto a
1726 sociedade quanto a legislação, quantos os órgãos ambientais e isso que tem que ser buscado e
1727 tratado. Obrigado. RICARDO (PRESIDENTE): Eu estou aqui gente, obrigado Anderson pela
1728 manifestação. Eu estou sem o livro de inscrição, tem mais algum escrito para fazer o uso da
1729 palavra? Ok. Peço que identifique. A gente está sem o relógio aqui para fazer o tempo
1730 regimental, mas provavelmente é de 05 minutos. GRAZIELA: Boa tarde, eu vou falar
1731 rapidamente, eu sou Graziela e eu trabalho com monitoramento de Anduriões já desde 2008 e
1732 eu fiquei muito feliz quando vi esse prognóstico dessas análises integradas, mas foi uma
1733 surpresa não ver nem a Andorinha, foi uma ausência gritante a Andorinha de Coleira e
1734 também essas aves apesar de elas não estarem no *status* de ameaça elas são completamente
1735 dependentes das Cachoeiras, elas precisam das Pedras e da água caindo para elas se
1736 reproduzirem, as colônias são super complexas, são pelo menos três espécies que interagem
1737 aqui nessas Bacias do Araguari, inclusive, a gente está começando a achar algumas espécies
1738 que não acreditava que chegavam aqui e os relatos que a gente tem das pessoas que moram
1739 perto é que a população está decaindo nos últimos 30 a 40 anos, não existe nenhum tipo de
1740 estudo integrado; a gente vai faz o trabalho na PCH "X", a gente faz um levantamento antes, o
1741 monitoramento pequeno, depois vê que a população em alguns lugares a população cai a
1742 quase queda de 95% e não existe uma continuidade nos estudos para ver se teve recuperação
1743 depois, se a cachoeira seca os bichos vão embora porque eles precisam do véu de água, se a
1744 cachoeira fica submersa eles perdem um local de nidificação que eles voltam toda vida para o
1745 mesmo local. Então, assim eu acho importante também entrar nesse estudo continuado todos
1746 os Anduriões e todas as espécies de Anduriões que ocorrem aqui, agora que acabou o tempo
1747 desses nossos estudos da PCH Queimado, por exemplo, da PCH Piedade e de Malagone, a
1748 gente está começando a fazer um trabalho conjunto para publicar esses dados dos impactos
1749 das PCH's nas populações de Anduriões, é só isso que eu queria falar. Só uma dúvida também
1750 em relação ao estudo, a gente está vendo que está tendo essa época de estiagem, já tem 07
1751 anos de queda de chuva e muitos especialistas estão falando que essa tendência veio para ficar
1752 e que o nível dos rios está realmente baixo, esse estudo da PCH's eles realmente contaram
1753 nesse novo cenário hídrico de baixas águas nos nossos rios? Obrigada. RICARDO
1754 (PRESIDENTE): Obrigado pela participação. JOÃO: A última fala que eu esqueci de falar
1755 que tinha anotado aqui sobre a segurança jurídica, a nossa comunidade ela não tem nenhuma
1756 segurança jurídica perante a isso e dizer que eu encontro representante dessa comunidade,
1757 porque eu sou canoísta, eu sou guia de *rafting*, eu nunca fui questionado sobre nenhum
1758 estudo, sobre nenhuma mudança e a nossa comunidade que eu vou reafirmar ela está passando
1759 por uma anúncio morte, porque nós estamos ficando velhos e os rios estão acabando e os
1760 novos adeptos não estão sendo constituídos, uma vez que nós não temos espaço mais para
1761 atuar dentro do nosso uso e a lei dos recursos hídricos diz sobre os usuários múltiplos, nós não
1762 fomos consultados nesse estudo, eu não tenho conhecimento de todos os usuários que foram
1763 consultados nenhum, porque nós somos pequenos, conversamos entre todos e também como
1764 representante da área turística, que eu sou graduado nessa área, eu conheço todo o trecho



1765 turístico e nenhum deles foi consultado pelo menos os ligados ao turismo de aventura e ao
1766 ecoturismo. Obrigado. RICARDO (PRESIDENTE): Pois não, esses espaços são criados e são
1767 abertos justamente para abrir a oportunidade de ter essas discussões, por isso que a gente vem
1768 aqui trazer a apresentação da avaliação e abriu espaço, inclusive, o microfone para que todos
1769 tenham acesso e possam colocar o seu ponto de vista. Antes de encerrar a Consultoria está
1770 pedindo, de mais a mais a gente vai ter a oportunidade efetivamente no processo, no eventual
1771 processo de licenciamento daquele Empreendimento, se é que ele vai acontecer, de discutir de
1772 forma pormenorizada cada item. EDUARDO ANDRADE (CONSULTORIA):
1773 Primeiramente, a gente tem que parabenizar, ele realmente leu o estudo, o Gustavo, e a gente
1774 tem que pensar no objetivo deste trabalho, nessa avaliação ambiental, temos que atender a
1775 legislação da DN 74 e a escala de trabalho que ele foi feito, quer dizer; alguma questões você
1776 tem razão, a gente não tem informação direito sobre a ictiofauna, sobre Pato Mergulhão na
1777 Bacia, seja de médio ou longa migração. É para isso que nós estamos propondo estudos
1778 complementares antes de licenciar uma PCH dessa, está escrito claramente, tem que fazer
1779 estudo complementares, da rota migratória de peixes na Bacia do Quebra-anzol e na Bacia do
1780 Araguari. Estudos complementares da ictiofauna endêmica, estudos complementares de Pato
1781 Mergulhão, quer dizer, até mesmo para avaliar o real impacto, nós não estamos avaliando
1782 impactos, nós estamos avaliando os possíveis impactos, onde seria isso e quais são as
1783 diretrizes para no caso vier a ser instalada uma Hidrelétrica até porque essa região do Rio
1784 Claro elas nem tem projeto básico, as cachoeiras do Alto Rio Claro, a Caxuana, ali na
1785 Cachoeira da Fumaça, aquelas não tem nem projeto básico aprovado na ANEEL, elas tem um
1786 eixo disponível, quer dizer quando a ANEEL faz o inventário de uma Bacia Hidrográfica, ela
1787 levanta todo o potencial hidrelétrico da Bacia, o máximo possível que se possa produzir
1788 energia naquela Bacia, então, ela tem todos os eixos, ali naquela região tem mais Rio Claro
1789 além da Fazenda Salto tem mais 03 eixos disponíveis, mas sem projeto, são possíveis, você vê
1790 que são PCH's pequenas que produzem pouca energia e no prazo até 2026, 2036 não tem
1791 perspectiva de implantação de PCH ali. A PCH Salto é a primeira lá embaixo, essa já tem
1792 processo, está em processo de licenciamento. **Áudio fora do microfone – não identificado.**
1793 EDUARDO ANDRADE (CONSULTORIA): Essa está no médio prazo. **Áudio fora do**
1794 **microfone – não identificado.** EDUARDO ANDRADE (CONSULTORIA): E outra coisa,
1795 quem vai detalhar as informações sobre esse trecho é o EIA/RIMA, não é esse trabalho, a
1796 escala de trabalho adotada, quando nós fomos de selecionar os indicadores de sensibilidade a
1797 gente pensou em colocar o Andurião, que é um importante da Bacia, mas a gente não
1798 consegue espacializar ele, a gente não consegue colocar nessa escala de trabalho. **Áudio fora**
1799 **do microfone – não identificado.** EDUARDO ANDRADE (CONSULTORIA): Pois é, não
1800 são todas. Tem que ter um trabalho de campo e isso vai ser levantado no EIA/RIMA e a
1801 Resolução CONAMA 01 já fala: *“os Empreendimentos tem que ser avaliados com os*
1802 *impactos cumulativos e sinérgicos de todos os Empreendimentos”*, Quando se fizer um
1803 EIA/RIMA de um PCH tem que trabalhar os impactos cumulativos das outras, não é só dessa,
1804 porque o impacto de uma é uma coisa e aí você vai ter a Associação dos Canoístas, o pessoal
1805 das ONGs, tem que conversar, ir a campo e levantar essas informações, se o EIA vai dizer se
1806 o Empreendimento é viável ou não, o EIA é que vai falar isso. Eu não estou viabilizando nem
1807 inviabilizando nenhum projeto. Tem que se conhecer melhor a Bacia, eu estou propondo com
1808 os estudos complementares e com as diretrizes; algumas coisas já sabe que vai ocorrer, outras
1809 não sabemos. O Pato Mergulhão ocorre no Rio Claro? Ocorre, mas ele é tão sensível que pode
1810 ter sumido de lá. Agora, o Pato Mergulhão, eu conversei com o pessoal da Terra Brasília o
1811 seguinte, não adianta preservar o Pato Mergulhão num trecho da Bacia, nós temos que
1812 aumentar a área de vida dessa espécie, melhorando a qualidade de outras bacias como o
1813 Quebra-anzol, se você não melhorar a qualidade da água do Quebra-anzol e o transporte de



1814 sedimento no Quebra-anzol o Pato nunca vai conseguir ocupar aquela região, quer dizer,
1815 vocês tem que partir para melhorar a qualidade da água para que o Pato possa se expandir
1816 para lá e aumentar a população, e sair dessa situação crítica que ele está. Então, tem que
1817 realmente proteger, criar uma Unidade de Conservação linear, específica para o Pato
1818 Mergulhão, onde ele vai estar realmente protegido, onde ele não vai ser caçado, onde ele não
1819 vai ser predado. Isso só é possível com a gestão da Bacia, Gestão Integrada da Bacia, com
1820 Comitê, SEMAD, ONG, Consultoria, Empreendedores. Sem essa integração não vamos
1821 conseguir nunca, eu acho que é por ai. Obrigado. GUSTAVO MALACCO (ANGÁ): Um
1822 minutinho, só para encerrar. Primeiro, solicitar à SEMAD e a você, Eduardo, se puder
1823 disponibilizar de forma pública essa apresentação, que a SEMAD depois coloque no site.
1824 **Áudio fora do microfone – não identificado.** GUSTAVO MALACCO (ANGÁ): Eu estou
1825 falando essa apresentação. Porque algumas pessoas já até me solicitaram, se você puder
1826 disponibilizar a SEMAD que depois coloca no link. Só fechando, Eduardo, com relação ao
1827 Andurião, eu entendo perfeitamente que é o EIA, o problema, e o que a gente tem
1828 acompanhado um pouquinho sobre os Anduriões, é que você tem meta populações diga sim, o
1829 claro tem que 02, 03 Cachoeiras que eles dependem, aí você tem Uberabinha mais 03, ai você
1830 tem o Ribeirão, hoje o Araguari não, mas o Jordão às vezes alguma cachoeira e ai o estudo
1831 que o pessoal desenvolveu, cada cachoeira tem uma função. Uma às vezes é para reprodução,
1832 outra para alimentação, às vezes a outra é para se secarem. Então, se a gente pega a mesma
1833 análise cumulativa de impactos só naquele trecho do Rio Claro, você não analisa as meta
1834 populações dos outros rios. Então, a gente está perdendo aos poucos com os mesmo trechos
1835 lóticos dos peixes, nós estamos perdendo cachoeiras em alguns rios. Uberabinha tinha, como
1836 a Graziela falou, daqui a pouco é o Claro que perde, daqui a pouco é outro trecho e a gente
1837 não consegue analisar isso de forma integrada. Por isso que seria interessante ser uma
1838 exigência regional no âmbito do processo de licenciamento, da mesma forma do lazer e do
1839 turismo que é uma coisa mais pontual, dava para ter levantado isso aqui sim, não só dessa
1840 forma ah lá tem, não, qual que é a extensão do trecho que é utilizado, mas vamos para outra
1841 etapa então. Obrigado e novamente parabéns. RICARDO (PRESIDENTE): Mais alguém
1842 pessoal? Está à disposição. Com isso posto então, vamos ao item **9. Encerramento:** Eu
1843 declaro encerrada a reunião de hoje. Desejando a todos uma boa tarde. Nada mais havendo a
1844 tratar, eu, Rogério Garcia Caetano, lavrei a presente Ata que segue assinada pelo Presidente.
1845 Uberlândia, 10 de novembro de 2017.

1846
1847
1848
1849
1850

RICARDO RODRIGUES DE CARVALHO (presidente suplente)